

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

A Presidente do PSD denuncia a falsidade e os erros de Sócrates e a sua gestão danosa do quotidiano nacional



Destaques:

- **Uma denúncia cauterizante da Governação Sócrates**

Discurso de Presidente no encerramento das Jornadas Parlamentares

- **Entrevista da Presidente à TSF e D.N.**

Pag. 2 e seguintes

- **Jornadas Parlamentares do PSD em Évora**
Em "Parlamento"

- **A degradação da política externa portuguesa**

Em "A opinião dos outros" (J. P. Pereira)

- **Cartas dos Leitores ao PSD**

Leia no interior do seu "Povo Livre"

Manuela Ferreira Leite em entrevista à TSF e Diário de Notícias concentra-se no essencial da vida nacional e define rumos e actuações do PSD

A presidente do PSD concedeu no fim-de-semana passado, uma longa entrevista à TSF (rádio e TV) e ao Diário de Notícias (sobre isto, veja a “adenda” ao artigo “...a opinião dos outros”, publicado neste número do Povo Livre) cujo texto, por gentileza da Direcção do DN, podemos publicar na íntegra, o que fazemos abaixo.

“A prioridade, neste momento, é o combate ao desemprego”

Perante a actual crise, justificar-se-ia um Orçamento do Estado (OE) com mais políticas económicas anticíclicas, mesmo que isso significasse um défice maior dentro dos limites impostos pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC)?

É evidente que se houvesse esse tipo de políticas elas seriam todas bem-vindas, mas a minha maior crítica ao Orçamento não é totalmente - ou não é só - essa. A minha crítica ao Orçamento é que tem subjacente uma política: tenta que o crescimento da economia seja feita através do investimento público. Discordo, porque acho que os efeitos serão negativos e não positivos. Não sou contra as obras públicas, como às vezes pretende dizer-se. Sou contra o facto de se pensar que a política de obras públicas é uma política de crescimento da actividade económica - não é! As obras públicas podem e devem fazer-se, e muitas têm de ser feitas, com certeza, desde que não se pense que a política de obras públicas vai fomentar o crescimento do País - porque não vai.

Mas vai fomentar o crescimento da actividade económica neste momento de crise, ou não?

Este momento de crise traduz-se por um elevadíssimo desemprego e por um endividamento externo verdadeiramente insuportável, que vai ter de ser alterado, não pode manter-se. Estes são os dois aspectos que mais nos marcam neste momento, além de um crescimento baixíssimo que roça a estagnação.

As obras públicas ajudarão pelo menos ao factor desemprego?

Desemprego de Cabo Verde, desemprego da Ucrânia, isso ajudam.

Ao desemprego de Portugal duvido, porque nós temos jovens licenciados desempregados. Não está a querer mandá-los para as obras públicas! Nós estamos com pessoas entre os 40 e 50 anos, ou acima dos 50 anos, desempregados. Empregados administrativos, empregados...

E a sua solução para essas pessoas era...

A solução para estas pessoas é apoiá-las...

... com “novas oportunidades”?

Vamos ver onde é que há a criação de emprego.

Para essas pessoas haverá com certeza também nas grandes empresas, se se fizer o aeroporto de Alcochete, o TGV, não acha?

Há, com certeza! Não sou contra a existência das grandes empresas. Acho que uma economia bem se estrutura e bem se desenvolve com grandes empresas, com grandes empresários, com grandes empreendedores. É disso que o País precisa. Mas a verdade é que, actualmente, quando eu olho para o País, não é isso que vejo. Aquilo que vejo é que a nossa estrutura económica tem na base as pequenas e médias empresas (PME). É aí que se defende o emprego. Toda a política que não seja dirigida neste sentido, e se dirija só a um sector - por exemplo, o de obras públicas -, evidentemente que desenvolve e é bom para essas empresas, é bom para empresas de consultadoria, para escritórios de advogados...

Não tenho dúvidas acerca disso. Agora, não é fomentador de emprego e, especialmente, há aqui um ponto fundamental: não vamos crescer se não melhorarmos a nossa competitividade. Qualquer pessoa o diz.

Isso não tem só a ver com a existência, ou não, de grandes obras públicas. Precisamos de melhorar a produtividade com melhor formação, melhores tecnologias...

O problema é que quando investimos em obras públicas não estamos a melhorar a competitividade. O País não precisa de mais auto-estradas para melhorar a competitividade.

Sobre as propostas orçamentais do PSD, e o seu impacto no défice, dizia



na entrevista que concedeu à SIC Notícias/Diário Económico que elas têm basicamente custos na redução de 1% na taxa social única (370 milhões de euros) e no alargamento do período de atribuição de subsídio de desemprego (260)...

Sim, e ainda nos certificados de aforro, que deve ser 150 [milhões de euros]. Portanto, em conjunto, é 460 ou 470 milhões de euros, o que significa 0,4% do PIB.

780 milhões de euros: 370+260+150. Julgo que é isso que quer dizer.

780, sim, com certeza.

E iria buscar este dinheiro onde, para não aumentar o défice?

Aumentava o défice. Está em 2,2%, podia perfeitamente passar para 2,6%.

E podia, o défice, chegar aos 3% [o limite imposto pelo PEC]?

Não, com esta proposta que faço não chega aos 3%.

A não ser que seja verdade a acusação que faz ao Governo de estar a controlar o défice à custa das PME...

À custa do estrangulamento das pequenas e médias empresas, evidentemente.

Se isso for verdade...

Se isso fosse verdade?

... chegaria aos 3% e não haveria problemas porque estaria dentro do PEC.

Já calculou o que é que era o



benefício para a economia se as PME não tivessem de estar a pagar em avanço ao Estado, e se lhes fossem regularizadas as dívidas que o Estado tem para com elas?

Isso também já era válido há alguns anos quando a senhora estava no Governo...

Com certeza, mas...

Porque é que não o fez?

Fiz várias coisas e nesse momento os problemas que o País tinha não eram os mesmos que tem agora. Se a política a seguir em qualquer país fosse sempre a mesma, haveria um benefício: acabar com os governos. Qualquer director-geral saberia o que fazer. O problema da política, e o problema dos diferentes governos, tem a ver com o facto de os políticos terem de ser capazes de perceber, em cada momento, quais são as prioridades que se colocam ao País. Não tenho dúvida nenhuma, e não recuo um milímetro, em que, quando fui responsável pelo Ministério das Finanças, a prioridade absoluta era reduzir o défice público. E em nome da redução desse défice público tinham de ser pedidos muitos sacrifícios às pessoas.

Concede que, nesse campo específico, o actual Governo fez um trabalho positivo?

Fez um trabalho positivo, mas não resolveu o problema das contas públicas. Quando o primeiro-ministro, engenheiro Sócrates, diz “o problema das contas públicas está resolvido”, isso não é verdade! Considero que há um caminho que está a ser feito, considero que houve um caminho que foi feito de forma positiva, mas não considero que está acabado.

Porque?

Porque foi feito basicamente à custa de um aumento brutal da receita

e porque basta que nós entremos numa situação em que a evolução económica não seja aquela que tem estado a verificar-se, que há imediatamente uma quebra da receita e logo se verá onde é que está o défice. Por outro lado, tem volumes importantíssimos de receita extraordinária, coisa de que ninguém fala.

E já, aliás, era a crítica que se apontava à sua [gestão da pasta das Finanças no Governo de Durão Barroso].

Exactamente. No momento em que era absolutamente essencial, porque havia apenas um ano para resolver o problema do défice, sem o qual nós perderíamos o acesso aos fundos estruturais.

De que receitas [extraordinárias] é que está a falar [no caso do actual Governo]?

Por exemplo, a história da concessão das barragens, da construção das barragens. Vá ver quantos milhões e milhões de euros é que entraram nos cofres públicos por antecipação. Não vão repetir-se. Essas concessões podiam ter sido feitas de forma mais faseada. Não estou a condenar isso. Estou simplesmente a dizer que há uma receita significativa que não vai repetir-se.

Mas nas actuais circunstâncias teria feito o mesmo?

Admito que pudesse ter feito o mesmo. Só não o teria feito, talvez, porque neste momento o Governo não tem em cima do pescoço o cutelo que nós tínhamos na altura: um ano para resolver o problema ou não haveria fundos estruturais.

Agora, pelo contrário, há flexibilidade. O presidente da Comissão Europeia tem estado a

avisar...

Agora há muita flexibilidade. Não há punições, não há sanções e, portanto, a situação é completamente diferente. Mas deixe-me retomar a pergunta que me fez: nós temos de saber distinguir quais são as prioridades. Neste momento, a prioridade não é o défice público, por todos os motivos que já sabemos, e não por estar resolvido, mas porque as condições são diferentes.

A prioridade é a economia?

A prioridade neste momento é o desemprego, um problema social sério. Quando olho para o Orçamento e vejo que aquilo que se perspectiva para o próximo ano, assumido pelo Governo, conduz à mesma taxa de desemprego... Provavelmente alguns, grupo em que me incluo, consideram essa perspectiva optimista, mas a verdade é que parece que estamos todos acomodados [à taxa de 7.6% de desempregados]. Eu acho isto absolutamente extraordinário!

Considera optimista porque acredita na inevitabilidade do aumento do desemprego, face às condições externas?

Não, não é face às condições externas, é face às condições internas. Se as PME não tiverem qualquer tipo de política que lhes seja dirigida, para sobreviverem a esta situação, então com certeza que vai aumentar o desemprego.

É uma questão política de grande importância perceber o que faria cada um dos partidos, ou cada um dos líderes dos partidos, se estivesse no Governo. Aceitaria, portanto, que é preciso ter um outro défice maior? Que esta não é a altura de o conter?

Não, eu não vou tão longe. Estou só a dizer que, caso fosse

absolutamente essencial, estamos em 2,2%, com certeza ninguém nos diz nada se passarmos para 2,4% ou 2,6%. Mas até penso que não precisaria de fazer isso, porque, evidentemente, faço propostas no Orçamento dirigidas às PME e também às famílias, mas como não contemplaria...

O investimento público...

... como não contemplaria aqueles projectos de investimento público, essas minhas propostas significam alguns quilómetros de auto-estrada. E, portanto, já pode ver que cortaria [nas obras] e poderia manter o défice nos 2,2%. E há algumas medidas que, honestamente, considero que não têm efeitos imediatos. Por exemplo, o pagamento das dívidas do Estado às empresas...

Dois mil milhões de euros.

É um número elevadíssimo. Admito que o Estado não consiga fazer esse pagamento todo de uma vez, acredito perfeitamente. Por isso, admitimos a hipótese de que haja um sistema de factoring em que as empresas possam ir aos bancos em antecipação buscar esse dinheiro.

Eduardo Catroga, o último ministro das Finanças do professor Cavaco Silva, defendeu aqui, no Discurso Directo, que o Estado devia emitir dívida para pagar as dívidas que tem. Apoiaria um governo que seguisse esse caminho?

Há várias hipóteses que se podem pôr. Nós admitimos a questão do factoring...

Sobre esta medida específica, apoiaria?

Apoiaria qualquer medida que levasse a que se pagasse as dívidas às PME, porque sabemos que elas estão estranguladas por esse motivo. É claro que estamos altamente endividados e portanto era necessário ponderar isso com grande cuidado para ver exactamente quais seriam as consequências de um maior endividamento.

Neste mesmo espaço, a semana passada, esteve aqui o primeiro-ministro, José Sócrates, que anunciou a subida do salário mínimo para 450 euros, já em 2009. A senhora, comentando, disse que esse anúncio “roçou o nível da irresponsabilidade”. Porque? Acha que é muito alto?

Não, não tem nada a ver com o valor do salário mínimo! O salário mínimo é realmente muito baixo e, portanto, ninguém pode estar contra aumentá-lo.

O que é que seria para si um salário mínimo admissível neste momento num Portugal europeu?

Só não lhe dou uma resposta concreta por um motivo simples: não tendo responsabilidades governativas, seria fácil dizer-lhe que o salário



mínimo devia ser pelo menos o dobro. Não o digo porque não considero isso fazer política de forma honesta. O primeiro-ministro fez um anúncio e discordei da forma de anunciar.

Estava contratualizado um plano para chegar [aos 500 euros em 2011].

Exactamente, estava contratualizado na Concertação Social, e por algum motivo o salário mínimo nacional é estabelecido em Concertação Social. Porque, para ser concretizado, precisa de ter a aceitação dos sindicatos e precisa de ter o acordo dos patrões. Senão, depois não se concretiza...

Mas esse acordo existe.

Existe num contexto que não este. Existe num contexto em que o País crescia 2,8%. Foi isso que o engenheiro Sócrates comunicou à Concertação Social.

Se apenas uma das partes não estiver de acordo com aquilo que já se concertou, é natural que o acordo se mantenha. Sim ou não?

O que o primeiro-ministro devia ter feito era ter convocado o Conselho de Concertação Social para ver como esta medida, que é justa, que é necessária, se concretiza. Isso é que ele devia ter feito! Porque é algo que saiu da Concertação Social, num contexto que nada tem a ver com o actual, e só pode ter concretização na Concertação Social. Neste momento, a nossa economia vai estar em estagnação ou em recessão. [O cenário] não tem nada a ver com o crescimento de 2,8% que o primeiro-ministro vendeu na altura. Nessa circunstância, tinha de ter convocado a Concertação Social. Assim, o primeiro-ministro fica do lado bom e os outros ficam do lado mau. Eu não acho que isso seja a forma correcta de fazer política. Por isso é que eu considero que o anúncio roçou a irresponsabilidade. Não pelo aumento, que eu considero justo, mas pela forma como o fez. Agora há-de ir para a Concertação Social e são os patrões que...

Fazem o papel de mau da fita?

Fazem o papel de mau da fita e são os próprios sindicatos que consideram que, ao pressionarem para fazer isso, não estão a defender o emprego. O primeiro-ministro não podia deixar de convocar a Concertação Social e dizer: "Eu acho que, de acordo com o momento actual, este valor deve ser mantido e eu vou apoiar as empresas neste ou naquele sentido, de forma a que elas não digam que vão abrir falência no dia seguinte." Nada disto está feito. Ele é o bom da fita, os outros os maus da fita.

Está compreendida a sua posição nessa matéria. O que considera mais grave em termos de pressão sobre emprego: esse anúncio relativo ao salário mínimo ou os 2,9% de aumento da função pública, que vai influenciar

também o comportamento dos aumentos nas empresas, no privado?

Nessa matéria não gostei que se tivesse afirmado que isso não era orientação para o sector privado. Toda a gente sabe que é uma orientação para o sector privado.

Aqui a pressão sobre o emprego é maior, não é?

Mas aí vai corresponder a negociações. Logo se ajustarão os sindicatos com o patronato. Agora, acho que não tem nada a ver uma coisa com a outra, porque o salário mínimo nacional é um salário que realmente tem um peso grande nas PME. Este ano já fecharam três mil empresas e basicamente no sector da restauração e da hotelaria, onde existe muita gente com salários mínimos. Quando estamos numa fase dessas, temos de ter em contraponto se queremos emprego ou se queremos salário. Mexer no salário tem implicações no emprego. Quanto aos funcionários públicos, é um caso, do meu ponto de vista, completamente diferente. A proposta de aumento é de 2,9%...

Concorda com essa proposta?

Concordo. Considero que era inevitável. Há vários anos que os funcionários públicos não têm um cêntimo de aumento. Além disso, este aumento é também do interesse do Estado, porque está a perder os melhores funcionários e não há crescimento económico sem uma administração pública competitiva. Têm saído imensos funcionários, os bons.

A ideia de que vão sair 75 mil funcionários tem transformado este objectivo num verdadeiro descalabro da administração pública. As escolas, por exemplo, estão a ficar absolutamente desgastadas e em perigo de bom funcionamento com a saída em massa de professores. Portanto, quando se fala em 75 mil... o Governo, no final, vai ter de dizer quem são esses 75 mil, para a gente ver que a grande maioria são professores, médicos, enfermeiros, isto é, pessoas que têm de ser substituídas.

Esse é um risco que existe em qualquer reforma que pretenda reduzir pessoal. Quando se tem 750 mil funcionários, é natural que saiam alguns dos bons no momento em que se criam condições para as pessoas saírem...

Que possam sair alguns dos bons, todos temos de aceitar que isso é assim. Agora quando saem maioritariamente os bons, aí já acho diferente.

E tem dados que lhe permitam dizer isso?

Não tenho os números. O Governo vai ter de os fornecer, se é que algum dia os fornece... Mas é um ponto de grande preocupação porque a administração pública está a ser amputada daquilo que melhor tinha e precisa de substituir muitos desses.



Gostaria de saber, por exemplo, que peso isto tem no sistema educativo.

Tem indicadores desse problema?

Tenho. Não tenho os números, mas, quando saíram os rankings das escolas, a presidente da escola Infanta D. Maria, em Coimbra, que dentro dos rankings das escolas públicas surgiu em primeiro lugar, dizia que estava absolutamente preocupada, e quase angustiada, com o facto de terem saído tantos professores bons e estarem para sair mais uns tantos, que estão só à espera dos papéis para a reforma, baixas por doença... É ela própria que o diz.

"As vítimas das grandes obras serão as famílias e as PME"

Recentemente, Durão Barroso, presidente da Comissão Europeia, dizia, à saída de uma reunião, que é importante não abandonar os projectos públicos porque isso pode gerar crescimento na Europa. Isto significa uma discordância em relação a si?

Não, significa exactamente, do meu ponto de vista, que ele está a dar razão às preocupações que tenho tido, no sentido de que é necessário repensar todo o projecto de investimentos públicos.

Mas que é preciso fazê-los, alguns?

Nem todos os países estão nas mesmas condições. O dr. Durão Barroso teve o cuidado de dizer que não devemos abandonar os projectos que melhorem a competitividade do País. Ele utilizou a palavra competitividade. Neste momento não me recordo de nenhum país da União Europeia que esteja nas condições em que nós estamos, com o nosso nível de endividamento e com o nosso nível de crescimento. Estes dois são aqueles pontos que me fazem pensar que é necessário ponderar o pacote de megaprojectos apresentados para Portugal.

Isso a senhora já o disse. Gostava de tentar perceber é: nestas obras, quais são aqueles de que desconfia?

Mas deixe-me só justificar o dr. Durão Barroso! Quando ele vem dizer isso, é evidente que vem fazê-lo porque sabe que todos os países estão a repensar os investimentos. Estão todos parados, a ver em que é que "isto" dá.

Tem uma ideia da selecção que devia fazer-se em termos de obras públicas?

Eu gostaria imenso de ter essa ideia se o Governo me fornecesse os elementos. Como não fornece...



A política não deve superintender aos técnicos e também aos números que os técnicos apresentam?

Com certeza. Perante essas análises, depois há que decidir. Estou de acordo consigo. Mas antes dessa análise não podemos. Acha que é muito fácil tomar-se uma decisão sem fundamento, com encargos que vão até 2038? Acha fácil tomar uma decisão no meu gabinete, sozinha, por teimosia, sabendo que isto vai ter implicações até na vida dos meus netos?

Há obras que a senhora já disse que apoiaria. Portanto, já consegue dizer que sim a algumas delas, a questão é perceber...

Não é já consegue, sempre consegui!

Comecemos: auto-estrada de Bragança.

Com certeza, sim. Bragança, já disse, não é um problema de custos: é um problema de coesão nacional. Mas sou capaz de, sem nenhum estudo, dizer que não farei a terceira via auto-estrada Lisboa-Porto, sou capaz de dizer! E quero também já esclarecer: da última vez que eu disse isto, o eng. Sócrates considerou, fingiu [que não percebeu]. É evidente que sabe que eu não estava a falar da terceira faixa de rodagem da Lisboa-Porto. Mas disse “ah, isso é uma coisa que já está no contrato, portanto ela está a falar de uma coisa que não sabe”.

Eu não estava a falar numa terceira faixa, eu estava a falar de uma terceira via, isto é, no litoral estamos a fazer três fórmulas diferentes de irmos de auto-estrada de Lisboa ao Porto. Temos dinheiro para isso?! Como sabe, também existe um ranking de auto-estradas, que é função do número de quilómetros de auto-estradas em relação à riqueza do País. Sabe em que lugar estamos? Em segundo! O primeiro é o Canadá. E portanto já pode ver a loucura que andamos a fazer! Quando se quer investir ainda

mais nessa loucura, eu não preciso de estudos nenhuns para dizer que, loucuras, não vale a pena olhar para elas.

E em relação ao aeroporto? Lisboa precisa de um novo aeroporto, certo?

É um caso em que está feita muita discussão, muita análise e houve uma decisão.

Isso quer dizer que está a favor da construção do aeroporto em Alcochete?

Isso quer dizer... Não sei se estou a favor ou se estou contra, posso estar até contra, mas que respeito as decisões dos Governos. Em democracia, os Governos que se seguem têm que respeitar as decisões que foram tomadas no anterior...

Então devia ser na Ota, pois o seu Governo...

Essa decisão ainda estava de tal forma incipiente que ainda estava a discutir-se, como sabem. Na Ota o aeroporto não podia ser feito de forma faseada [como em Alcochete]. Isso dá alguma margem para que possa ser feito à medida das possibilidades do País.

Em relação ao TGV: o Governo de que fez parte, o de Durão Barroso, depois de uma cimeira ibérica, anunciou cinco linhas de TGV, inclusivamente Faro-Huelva. Qual é a sua posição actual face a esse projecto da alta velocidade?

A minha posição actual é rigorosamente a mesma que tenho desde sempre: as decisões têm que ser tomadas perante análises custos/benefícios e de acordo com as nossas capacidades.

Mas jornalisticamente eu pergunto-lhe: Lisboa-Madrid, à partida, sim ou não?

Olhe, ontem ouvi o dr. João Salgueiro, numa entrevista muito interessante, de resto, dizer que Deus

queira que não façam.

Não disse assim, mas foi mais ou menos a ideia, que conhecia poucas pessoas que andassem de TGV Lisboa-Madrid. E que se realmente essa via fosse feita, e fosse muito eficaz, provavelmente a grande maioria das decisões, e a grande maioria das empresas, a grande maioria das localizações, ia tudo para Madrid em vez de vir para Lisboa.

Isso quer dizer que não concorda com o TGV? Se concorda com esse argumento...

Neste momento, tenho fortíssimas dúvidas, sem conhecer os estudos, sem conhecer como é que se basearam, sem conhecer quais são os encargos futuros. Não podemos fazer isto só por uma questão de luxo. Tenho fortíssimas dúvidas!

Em relação à linha Lisboa-Porto e Porto-Vigo penso que – face à defesa que o seu primeiro vice-presidente, Rui Rio, faz desses dois projectos – estará de acordo em que eles se devem fazer?...

O dr. Rui Rio defende com certeza a sua cidade do Porto, não temos nenhuma divergência. Desculpe só: não façamos a política na base dos casos, façamos a política na base nas ideias. E na base das ideias não tenho a mínima discordância, nem ele tem comigo, sem o que com certeza não seria o meu primeiro vice-presidente. Isto é um caso. Há outros casos. Ele provavelmente votou a favor do aborto, eu voto contra o aborto.

**Aí podem estar em desacordo, eventualmente?
Nem sei se estamos em desacordo...**

Nunca falou com ele sobre isso?

Com certeza que já falei! Se for confirmado que o tempo que se ganha no Lisboa-Porto for 20 minutos eu digo-lhe: então não faça! Não estamos em condições de entrar numa despesa tão grande [por tão pouco].

Porto-Vigo é fazer de raiz e, portanto, já olhará para essa obra com outros olhos, ou não?

Porquê?!

É uma ligação Norte-Espanha, que visa aproximar o Norte [de Portugal, em termos económicos] da Galiza.

Sabe qual é o tráfego Porto-Vigo? Não sabe, pois não? Eu também não. Ninguém sabe! E portanto vamos ver como é que nós tomamos essas decisões. Há um ponto aqui que é essencial: neste momento, e vamos ver se melhoramos ou não, vamos admitir a hipótese de que vamos avançar com o TGV, com o aeroporto, com isso tudo. Isso é feito como? Com crédito. O crédito tem apenas um bolo que não é muito grande. Vamos admitir que é um valor de 100. Desse valor de 100 vai 90 para o aeroporto e para o

TGV...

Vai dizer-me que faltará crédito para as famílias e para as PME?

Não vou dizer, vou só confirmar aquilo que também já sabe. Efectivamente, fica pouquinho para as empresas e para as famílias, que não têm nenhuma capacidade para ir financiar-se no estrangeiro. Serão eles as grandes vítimas dessa matéria. E, portanto, é evidente que nós estamos numa situação especial. Quando fala da altura do dr. Durão Barroso... Na altura do dr. Durão Barroso não estávamos na situação em que estamos, não estávamos numa situação de escassez de crédito, como actualmente existe. A política tem que se adaptar e tem que se ajustar às condições específicas do momento. Se o não fizer então não vale a pena haver Governo.

**Discurso muito directo:
“Nunca disse que o objectivo do casamento era a procriação”**

Acredita mesmo que o casamento tem como objectivo a procriação ou está arrependida dessa expressão?

Não, não estou. Às vezes dizem-se coisas que não é bem aquilo que se quer dizer, mas eu não disse em nenhum momento que o objectivo do casamento era a procriação. Aquilo que eu disse, quis dizer e reafirmo, é que a sociedade se organiza e confere determinado tipo de direitos e deveres à estrutura da família porque quer proteger, incentivar e patrocinar a procriação. E isso continuo a reafirmar. Admito que nem toda a gente esteja na disposição de pagar os seus impostos para fomentar ou apoiar determinado tipo de estrutura que não tem qualquer outro tipo de consequência. Portanto, não estou arrependida de ter dito isso, até porque, depois de muitas críticas que fizeram sobre essa minha afirmação, vi variadíssimas pessoas, com certeza mais competentes na matéria do que eu, a dizerem rigorosamente o mesmo. Não tenho nada contra, evidentemente, qualquer tipo de relação entre as pessoas, quaisquer outros projectos de vida.

Todos têm direito a tê-los, desde que não se queira retirar para esse projecto comum de vida as mesmas consequências que outro tipo de projecto de vida [como o que visa criar uma família]. É nisso que estou em total desacordo.

Não chamava “casamento” ao contrato homossexual

Haverá algum dia casamentos entre pessoas do mesmo sexo em Portugal, se depender de si?

Se depender de mim, não.

E enquanto líder do PSD?

Já disse e reafirmo: não condeno



qualquer tipo de projecto comum. Há com certeza aspectos jurídicos que podem ser regulados entre a relação de duas pessoas do mesmo sexo, desde que não se lhe chame casamento. Chame-se-lhe qualquer outra coisa, arranje-se um nome. Agora, com o baptismo de casamento... comigo não, com certeza.

Revogava, se pudesse, a Lei do Divórcio

Se for eleita primeira-ministra, revoga a Lei do Divórcio?

Quando apareceu pela primeira vez em discussão a Lei do Divórcio, disse exactamente isso, numa discussão que tive na Rádio Renascença. Disse exactamente isso, que revogaria. Ponderaria seriamente alterar essa lei. Ela mexe muito com aquilo que eu considero que é a estruturação da família, e não vale a pena, por diferentes ideologias que nós tenhamos, algum dia pensar que é possível ter uma sociedade equilibrada sem que a família seja efectivamente a estrutura básica dessa sociedade.

Quando se fala em marginalidades, quando se fala em falta de segurança, no desemprego dos jovens, coisas desse estilo, vem-se sempre ao mesmo ponto: é necessário maior integração na família. Portanto, tudo aquilo que sejam elementos que desestruturarem este tipo de realidade considero-os altamente perniciosos. Não é por uma questão de natureza ideológica que eu mexeria nessa lei, é por uma questão de pensar que ela tem consequências muito mais nefastas na sociedade do que aquilo que parece à primeira vista. Mas quando isso se descobrir já vai ser tarde.

'Não' à regionalização... que o PSD discutirá.

Regionalização: sim ou não?

A minha posição sobre a regionalização é conhecida. É um ponto que, com certeza, há-de estar em debate na sociedade portuguesa.

Com aquelas cinco regiões-base que fazem mais ou menos um consenso nesta altura?

Não sei se fazem um consenso nesta altura. Sou contra a regionalização e defenderei com certeza as minhas posições relativamente a isso.

E o PSD é contra a regionalização?

O PSD terá de discutir esse tema e terá de o incluir ou não no seu programa, consoante a conclusão a que se chegar nessa matéria. A minha posição é conhecida. Há muitas outras pessoas que não têm esta posição. Não é propriamente um problema ideológico, é um problema de outra natureza, administrativo e político, e portanto admito que haja outras opiniões.

Santana Lopes fora...da agenda política

A senhora disse no passado, numa entrevista, que não votaria Santana Lopes se no boletim de voto estivesse escrito o nome de Santana Lopes; que votou PSD porque era PSD que lá estava. Isso não seria suficiente para recusar o nome dele como candidato à Câmara de Lisboa?

Eu já disse, e reafirmo, que sobre o problema autárquico não falo.

Mas lá fora está a falar-se exactamente porque o PSD colocou o assunto. As pessoas, quem se interessa por política, comentam.

A agenda política, e o que interessa ao País, neste momento, não são com certeza as candidaturas a umas eleições que se realizam daqui a um ano.

Ficou portanto incomodada

quando ouviu Pacheco Pereira, e mais o líder da distrital do PSD de Lisboa, a colocarem esse assunto na praça pública?

Não tenho de ficar incomodada. As pessoas são livres, todas, de falar. De forma alguma critico alguém que possa falar. Aquilo que não me podem obrigar a mim é a trazer para a agenda do partido aquilo que considero que não é a agenda neste momento. Não vê esta discussão em partido nenhum, portanto também não vai ver no PSD.

As próximas eleições até não serão essas, serão as europeias. Quem é que vai ser o cabeça de lista do PSD a essas eleições?

Como calcula é assunto que ainda não está em discussão. Mas se estivesse eu também não lhe dizia.

Não condiciona o comentador Marcelo

Como estão as suas relações com Marcelo Rebelo de Sousa?

Sou amiga do professor Marcelo Rebelo de Sousa há muitos anos e tenho sempre tido o cuidado, e ele sabe isso, de que quando estou a exercer qualquer tipo de função política que possa ser objecto daquilo que é a sua face mais visível, a de comentador político, nunca lhe falar por iniciativa própria. Aconteceu isso enquanto estive no Ministério das Finanças, acontece agora como líder da oposição. E não falo, porque não quero de forma alguma que isso se considere algum condicionamento à análise dele.

A amizade com Cavaco e a família

Ainda frequenta a casa do seu amigo Aníbal Cavaco Silva?

Neste momento, devo dizer-lhe que também para não criar condicionamentos eu não o faço. E devo dizer-lhe mais: sempre fui muito

amiga do professor Cavaco Silva e da família. Entrava na casa dele sem precisar de ser convidada. Ele foi durante dez anos primeiro-ministro e sabe, coo a sua família, que durante esses dez anos eu só lhes telefonava três vezes por ano: nos anos de cada um e no Natal. E que nunca [nesse período] fui lá a casa sem ser convidada. Portanto, agora, siga exactamente esse mesmo preceito.

"É inaceitável a forma como o Governo trata a oposição"

Tem repetido muitas vezes críticas à qualidade da nossa democracia em resultado da forma como o PS utiliza a sua maioria absoluta. Quer explicarnos em que é que isso se traduz?

Traduz-se em muitíssimos e variados casos, que todos conhecemos, mas não é de casos que vou falar. Como líder do maior partido da oposição, considero que é verdadeiramente inaceitável a forma como o Governo trata a oposição. Julgo mesmo que o estatuto da oposição não está a ser cumprido – e dou-lhe o exemplo típico, e talvez o mais grave, que tem a ver com a falta de informação que nos fornecem. De acordo com as regras da oposição, e até com as regras parlamentares, é inaceitável que não nos seja fornecida. Refiro o caso, por exemplo, dos investimentos públicos. Dos requerimentos imensos que já fizemos ao Governo, com perguntas específicas, nenhum foi respondido até à data.

O Presidente da República (PR) é o garante da democracia, do funcionamento das instituições. O PSD já falou com ele sobre esse tema, sobre a qualidade da nossa democracia?

Ainda não falei com ele sobre essa matéria, mas admito que, por exemplo, tenha de algum dia ter de fazer alguma diligência junto do presidente da Assembleia da República sobre a forma como estamos a ser tratados.

A pergunta era sobre o PR, prof. Cavaco Silva.

Não lhe pus esse assunto formalmente, como é público, mas não descurei o princípio de o poder fazer!

Por exemplo, não há uma única proposta, uma única proposta, que algum dia tenha sido aceite na Assembleia da República [pela maioria do PS]. Entre aquilo que o PSD propõe nem tudo deve ser mau... Deve haver algumas coisas para aproveitar, penso eu!

Chegámos, no outro dia, ao cúmulo de ver uma proposta nossa reprovada para de seguida ser aprovada uma exactamente igual àquela que tinha sido proposta por nós. Ou seja, [uma qualquer proposta] basta vir do PSD para ser imediatamente reprovada. Isto não é democracia!

Não era assim com a maioria absoluta do PSD de Cavaco Silva?





Não, não era! Não, não era!

A quase totalidade das propostas da oposição, também nessa altura, não era aprovada...

Quando isso acontecia, havia sempre qualquer tipo de fundamento. Ainda agora, quando estive no Governo do dr. Durão Barroso, estávamos em maioria – a despeito de ser um governo de coligação funcionava como maioria –, fui vezes sem fim à Assembleia da República dar explicações, fornecer documentos, fornecer informação que os deputados me pediam. Creio que não há nenhum deputado, nem nenhum grupo parlamentar, que seja capaz de dizer que aquilo que nos pediu como informação para discutir determinado tema não lhes foi fornecido.

Atribui isso também à personalidade do primeiro-ministro?

Provavelmente tudo é marcado, com certeza, um pouco pela personalidade dele. Mas é um aspecto da personalidade, do meu ponto de vista, altamente negativo.

“Se falasse todos os dias, não seria ouvida com tanta atenção”

Foi criticada por companheiros de partido por ter estado em silêncio durante muito tempo. Esta semana concedeu três entrevistas. O que é que isto significa? A admissão de que foi errada a sua estratégia nos primeiros tempos de presidente do PSD?

Pelo contrário, é a confirmação da estratégia que segui. Aquilo que sempre disse, e mantenho, é que não falarei por falar. Falarei quando entender que há assuntos em debate na opinião pública que merecem preocupação dos portugueses e exijam que eles sejam esclarecidos sobre essas matérias.

E que neste momento são...

Neste momento é o Orçamento do Estado. Estamos a discutir aquilo que vai ser a política económica do próximo ano. Evidentemente, este é o momento certo, do meu ponto de vista, para discutir, para falar, para mostrar quais são as diferenças de política entre nós e o Partido Socialista (PS).

Não estando no Parlamento tenho de ter outros ‘fora’ onde falar. Nesta semana não dei três entrevistas. Elas foram espaçadas por mais tempo, mas de acordo com a minha estratégia. Se falasse todos os dias, sobre assuntos que interessam e não interessam aos portugueses, provavelmente não seria ouvida com tanta atenção.

Isso significa que voltará a ter uma comunicação mais contida assim que estiver aprovado o Orçamento do Estado na Assembleia?

Não sei quais os assuntos que vão surgir na opinião pública, não sou capaz de visionar isso. Não vou inventá-los, com certeza, mas vou estar presente e a falar em todos aqueles momentos em que eu considere que os portugueses devem ser esclarecidos e

devem perceber qual é a posição do PSD. Não falarei empurrada, nem ficarei calada só porque acham que eu falo de mais.

Rui Rio, um bom candidato a tudo

Rui Rio ganha a Elisa Ferreira ou poderia ser um bom candidato a primeiro-ministro pelo PSD?

Com certeza que o dr. Rui Rio é sempre um bom candidato para o PSD para qualquer função, nomeadamente para presidente do partido. Eu, de resto, tenho dito várias vezes que tenho uma comissão política de luxo. Olho à roda da mesa e penso que qualquer um deles poderia ser presidente do partido, o que não tem sido vulgar no PSD. O dr. Rui Rio também seria com certeza um bom candidato a qualquer coisa que ele quisesse.

PS ao centro faz crescer a esquerda

Como é que olha o crescimento da esquerda, PCP mais Bloco de Esquerda, nas sondagens?

Vejo como uma afirmação de uma política que o PS tem feito, por questões de natureza eleitoral, de abandonar a sua ideologia e tentando apanhar o centro do espectro político. Por isso, quem do lado da esquerda está desagradoado com a evolução do PS vai votar nos partidos de esquerda.

O PS, as eleições e a fatalidade

Acha que o PSD tem mesmo possibilidades de ganhar as próximas eleições legislativas?

Acho que o PSD com certeza que tem possibilidades de ganhar as eleições legislativas. Até lá, e ainda falta um ano, os portugueses vão perceber que existe uma alternativa e uma política diferente do PS. E vão perceber também, e já estão a perceber, que a política que o PS tem seguido tem os resultados que estão à vista. Ou se muda de política, para ter outros resultados, ou se mantém a mesma política e será verdadeiramente ilusório que os resultados venham a ser diferentes.

Estou absolutamente convicta de que se a política fosse diferente, Portugal cresceria de uma forma diferente. Há uma coisa a que nós não podemos conformar-nos: à fatalidade do desemprego, de não fazermos crescer a nossa economia. Há não sei quantos anos que não crescemos mais do que a Europa. Estamos a empobrecer cada vez mais. Acha que isto é uma fatalidade? Eu acho que é

necessário, é possível e essencial, que tenhamos tanta possibilidade de o País enriquecer quanto qualquer outro. Isto não é uma fatalidade!

“PSD acompanha totalmente o Presidente da República no Estatuto dos Açores”

Como é que o PSD vai votar no Estatuto dos Açores se não houver alterações em relação ao texto que conhece?

O PSD com certeza que não deixará de votar exactamente como tem votado até à data, porque o PSD tem uma ideia própria acerca do Estatuto.

Que não acompanha, então, as posições do senhor Presidente da República?

Acompanho totalmente as posições do senhor Presidente da República, como temos apoiado sempre desde o primeiro dia.

Totalmente não, porque há o artigo 140.º que tem a ver com a capacidade futura de propor uma alteração ao Estatuto, que auto-limita a própria Assembleia da República. O Presidente da República critica e o PSD votou a favor.

Não, eu peço desculpa, o PSD votou contra esses artigos.

Na especialidade?

Na especialidade.

O PSD votou sempre contra e nomeadamente anunciou que caso o PS não retirasse esse artigo o levaria ao Tribunal Constitucional. E portanto é isso que nós vamos fazer se o PS o não fizer.

O Presidente da República põe em causa dois artigos: o 114.º, que mexe com os poderes presidenciais, e pelo facto de ser uma lei ordinária a sobrepor-se à Constituição da República, e...

É verdadeiramente inconcebível que se mantenha essa teimosia. Isso apenas significa que o eng. Sócrates ainda não assimilou o que é o benefício de estar a governar com a cooperação do PR.

E acha que isto pode pôr em causa essa relação?

O que acho é que é uma teimosia gratuita em nome de nada. O Estatuto de Autonomia dos Açores tem 150 artigos, ou 120, tem mais de cem artigos... Votámos a favor e continuaremos a votar porque tem muita coisa boa lá....

Se essas duas alterações forem feitas?

Temos sempre votado contra esses artigos e temos aprovado na generalidade. O Estatuto contém, na sua globalidade, coisas positivas [em relação à autonomia]. Como já anunciámos, mandaremos para o Tribunal Constitucional. – *Do DN, com agradecimentos do PL*

Paulo Rangel congratulou-se com a decisão do presidente da A. R. de não aceitar o pedido de rectificação do Governo ao OE 2009

O líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, congratulou-se hoje com a decisão do presidente da Assembleia da República de não aceitar o pedido de rectificação do Governo ao OE 2009, considerando que Jaime Gama dignificou o Parlamento.

“Quer no caso da entrega do Orçamento de Estado, quer neste caso, a Assembleia sai dignificada pela actuação do presidente da Assembleia da República”, declarou Paulo Rangel à Agência Lusa.

Paulo Rangel salientou que foi o PSD que pediu ao PAR que “não admitisse que uma proposta de alteração ao Orçamento fosse aceite como se de uma simples rectificação se tratasse”.

“Reagimos com satisfação. É essencial que o Governo respeite o Parlamento e, quando trata de matérias com o Parlamento, as trate na forma devida”, disse,

“Se o Governo quer fazer uma alteração, não pode disfarçá-la de uma simples rectificação”, concluiu.

O Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, decidiu hoje não aceitar o pedido de rectificação do Governo aos artigos que alteram a Lei de Financiamento dos Partidos, integrados na proposta de Orçamento de Estado para 2009.

No despacho publicado no site do Parlamento, Jaime Gama determina que “o pedido de rectificação apresentado pelo Ministério dos Assuntos Parlamentares, em 23 de Outubro, não seja publicado em Diário da Assembleia da República e, consequentemente, não produza efeitos sobre o texto da proposta de lei 226/X OE 2009”.

O Presidente da Assembleia determina ainda que o Governo deverá apresentar esta proposta “junto da Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças, em sede de debate e votações na especialidade”, recorrendo aos deputados da “actual maioria parlamentar”.

Na passada quarta-feira, o PS já tinha admitido “patrocinar” em sede de especialidade do debate do Orçamento do Estado para 2009, o pedido de rectificação do Governo.

O PSD tinha contestado no dia 28, o pedido do Governo de rectificação da proposta de Orçamento na parte que incidia na Lei de Financiamento dos Partidos, alegando tratar-se de uma



tentativa de “instrumentalização” da Assembleia da República.

“É grave que o Governo esteja agora, pela segunda vez, a tentar instrumentalizar a Assembleia da República”, declarou o líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, após a reunião da conferência de líderes.

De acordo com Paulo Rangel, o Governo está a tentar rectificar a sua proposta de Orçamento do Estado para 2009, nos artigos que introduziriam mudanças na Lei de Financiamento dos partidos.

“O Governo procura agora emendar um erro com outro”, sustentou o presidente do Grupo Parlamentar social-democrata, que sustenta não estar o Parlamento “perante um simples lapso” do executivo.

“A primeira vez que o Governo tentou instrumentalizar a Assembleia da República aconteceu quando trouxe uma “pen”, que, afinal, não tinha a proposta de Orçamento do Estado para 2009 e depois pediu desculpa”, apontou.

Governo quer acabar com o controlo do Tribunal de Contas

nas transferências para os hospitais empresariais

O PSD “descobriu” no Orçamento do Estado (OE) para 2009 uma norma em que o Governo quer acabar com o controlo do Tribunal de Contas nas transferências para os hospitais empresariais e vai propor a sua eliminação.

Em declarações no Parlamento, o deputado social-democrata Duarte Pacheco afirmou que o artigo sobre o controlo das transferências é uma das “normas obscuras” e “escondidas”, descobertas pelo PSD no texto do OE.

A bancada do PSD vai propor a “eliminação pura e simples” da norma para “isentar o controlo da legalidade pelo Tribunal de Contas das transferências do Orçamento para os hospitais empresariais”, disse.

Duarte Pacheco lembrou que o Tribunal de Contas já fez “um relatório muito crítico pela forma como estão a ser geridos e a opacidade das suas decisões”.

“Em vez de acatar algumas recomendações e alterar procedimentos, o Governo faz o contrário e quer que o Tribunal de Contas deixe de ter controlo sobre as

transferências”, argumentou o parlamentar social-democrata.

O OE2009 está em debate no Parlamento até fim de Novembro, estando prevista a votação na generalidade para dia 07 e final global a 28 de Novembro.

Luís Rodrigues pede esclarecimentos ao Governo sobre importantes questões de Transportes

Luís Rodrigues, em requerimentos ao Presidente da AR, pediu esclarecimentos ao Governo sobre importantes problemas de transportes na Grande Lisboa, que interessam as alternativas para a travessia ferroviária da Cidade de Vila Franca de Xira, a “anormalidade” no serviço público fluvial da SOFLUSA Barreiro/Lisboa e os contratos assinados entre o concessionário Lisconta (Terminal de contentores de Alcântara) e a APL. São documentos de trabalho importantes e que registamos:

1º - Travessia ferroviária da Cidade de Vila Franca de Xira.

Há cerca de três anos, a REFER solicitou ao Sr. Arquitecto Manuel



Salgado a elaboração de um Relatório sobre alternativas para a travessia ferroviária da Cidade de Vila Franca de Xira.

Assim, e face ao exposto venho ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais em vigor, solicitar ao Governo, através do Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, o envio do referido relatório, bem como outros estudos relacionados.

2º - Repetidas interrupções do serviço da SOFLUSA

A mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa é um dos factores críticos com que todos os cidadãos são confrontados no dia-a-dia.

O incentivo à utilização de transporte público deveria ser uma das prioridades dos responsáveis políticos nomeadamente, na ligação entre as duas margens do Tejo.

Verifica-se que esta prioridade não tem sido seguida. No entanto na ligação fluvial Barreiro/Lisboa tem-se verificado de há meses a esta parte repetidas interrupções do serviço da SOFLUSA levando a que milhares de cidadãos sejam prejudicados no seu dia-a-dia, no seu percurso casa-trabalho.

Na SOFLUSA, empresa pública tutelada pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, está a decorrer novamente uma greve que tem início hoje, dia 31 de Outubro, e que terminará no próximo dia 3 de Novembro.

A repetida realização de greves, prejudicando o serviço público de transporte fluvial, sem aparente fim à vista, demonstra claramente a incapacidade do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, na resolução do conflito laboral que continua a lesar milhares de cidadãos.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, sobre o assunto mencionado em epígrafe, através de V. Exa. ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, venho solicitar resposta às seguintes perguntas:

1- Como pensa o Governo restabelecer a normalidade no serviço público fluvial da SOFLUSA Barreiro/Lisboa?

2- A partir de que data os utilizadores da SOFLUSA têm garantias do Governo de que o serviço prestado por esta empresa pública será ininterrupto e estável?

3º - Contratos com a Liscont

A LISCONT explora um terminal de contentores em Alcântara regulado por um contrato com a APL.

O Decreto de Lei nº 188/2008, de 23 de Setembro, da autoria do Governo, que está sofrer forte contestação pública, vem prorrogar o prazo de concessão até 2042, consubstanciando uma duração total de 57 anos.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, venho requerer sobre o assunto mencionado em epígrafe, através de V. Exa., ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, cópia do contrato inicial, eventuais aditamentos assinados entre o concessionário e a APL, bem como, outros contratos celebrados posteriormente à publicação do referido diploma legal acima mencionado. - (Gab. GP/PSD)

Primeiro-Ministro não esclareceu ainda se telefonou ou não ao director do Diário Económico

O líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, considerou no dia 30, que o primeiro-ministro não esclareceu ainda

se telefonou ou não ao director do Diário Económico para desmentir uma notícia sobre a lei do financiamento dos partidos.

“Eu continuo a aguardar uma resposta do primeiro-ministro”, disse Paulo Rangel, em conferência de imprensa, no Parlamento, após ser questionado pelos jornalistas sobre o assunto.

Na terça-feira Paulo Rangel exigiu um esclarecimento do primeiro-ministro sobre o alegado telefonema ao director do Diário Económico, defendendo que, a confirmar-se, foi “uma tentativa de condicionamento inadmissível”.

Em Salvador, no Brasil, José Sócrates comentou o esclarecimento exigido por Paulo Rangel dizendo que “isso é completamente ridículo”.

“Eu não estou satisfeito porque isso não é resposta, isso é uma adjectivação”, reagiu o líder parlamentar do PSD.

Paulo Rangel referiu que “a dra. Clara Ferreira Alves disse num programa de televisão que depois de fazer uma crítica ao primeiro-ministro recebeu um telefonema pessoal do primeiro-ministro, com o qual nunca tinha falado”.

“O que eu continuo a perguntar é o seguinte: Consideram os portugueses, consideram os senhores jornalistas, considera a nossa opinião pública em geral que é normal que quando haja uma notícia desagradável para o Governo o primeiro-ministro em pessoa telefone a directores de jornais? Achem que é próprio de uma democracia?”, perguntou.

“Eu por mim não acho normal”, acrescentou, argumentando que “o

lugar de primeiro-ministro é um lugar muito especial, tem capacidades de condicionamento que outros não têm e a própria dimensão do cargo exige um cuidado institucional que outro lugar não exige”.

O líder parlamentar do PSD ressaltou que, no seu entendimento, “isto não significa que no quadro das relações públicas normais do Governo não haja relações entre o primeiro-ministro e os jornalistas, não significa que em circunstâncias excepcionais não possa haver esses contactos, não está isso em causa”.

“O que eu pergunto é se que cada vez que sai uma notícia desagradável para o Governo acham normal que o primeiro-ministro telefone ao director de um jornal?”, insistiu.

O gabinete do primeiro-ministro confirmou terça-feira ao Público que José Sócrates telefonou na passada semana ao director do Diário Económico para “esclarecer” a notícia que dava conta da alteração da lei do financiamento dos partidos, mas considerando ser falso que o primeiro-ministro tenha telefonado a desmentir a notícia. - Lusa

Ainda não há nomes para Provedor, mas há diálogo sobre a Lei de Financiamento dos Partidos

O líder parlamentar do PSD afirmou hoje que não há desenvolvimentos nas negociações com o PS sobre a escolha do novo Provedor de Justiça, mas confirmou diálogos com os socialistas na Lei de Financiamento dos Partidos.

As declarações de Paulo Rangel foram feitas aos jornalistas, após a reunião da conferência de líderes parlamentares.

“Não há qualquer desenvolvimento sobre essa matéria [escolha do Provedor de Justiça]”, declarou o presidente do Grupo Parlamentar social-democrata.

Paulo Rangel deixou mesmo a entender que o diálogo com o PS só será retomado após a conclusão do processo de aprovação da proposta de Orçamento do Estado para 2009.

“Na altura do Orçamento isso em princípio não seria feito, mas enfim...”, disse, numa referência ao calendário de negociações com os socialistas para a escolha do novo Provedor de Justiça.

Já em relação à revisão da Lei de Financiamento dos Partidos, o líder da bancada social-democrata confirmou estar a trabalhar nessa legislação.

“Nós estamos a trabalhar na lei de financiamento e continuaremos a trabalhar nessa legislação, até que esteja concluído esse processo com a abertura e transparência necessárias”, afirmou.

Interrogado se tem havido recentemente reuniões com PS sobre a Lei de Financiamento dos Partidos, Paulo Rangel recusou-se a responder, fazendo apenas o seguinte comentário: “negociações são negociações”. - Lusa



Jornadas Parlamentares do PSD

Em Évora, o PSD dedicado à “Verdade e Alternativa”

* Um grande discurso da Presidente no encerramento das Jornadas

As jornadas parlamentares do PSD decorreram em Évora, dedicadas à “Verdade e Alternativa”, e contaram com a participação da ex-militante do CDS-PP Maria José Nogueira Pinto, do socialista Henrique Neto e de Jacques Attali, conselheiro de Sarkozy.

Depois de um conjunto de visitas a instituições locais, as jornadas sociais-democratas tiveram início com uma intervenção do líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, e foram encerradas na terça-feira pela presidente do partido, Manuela Ferreira Leite.

Os temas escolhidos para as jornadas, “Verdade e alternativa” pretendem, de acordo com Paulo Rangel, funcionar em “contraste total com as jornadas do PS” no que respeita à abertura e ao pluralismo.

“As jornadas do PS foram viradas para dentro. Foram uma sessão de formação sobre o Orçamento do Estado, com forte presença de ministros”, sustentou o líder parlamentar do PSD.

Paulo Rangel sublinhou que houve, no caso do PSD, “uma preocupação em convidar pessoas dos mais variados quadrantes, uma preocupação de pluralismo, de abertura. Estas são jornadas abertas, ao contrário de outras”.

O economista Jacques Attali, que foi conselheiro do antigo presidente da França François Mitterrand e é conselheiro do actual chefe de Estado francês, Nicolas Sarkozy, vai falar aos deputados do PSD na segunda-feira ao fim da tarde, a partir de Paris, por videoconferência, sobre o papel dos mercados e do Estado no contexto da globalização.

Antes, ao início da tarde, Maria José Nogueira Pinto e o administrador da Fundação Calouste Gulbenkian, Diogo de Lucena, debateram com o grupo parlamentar social-democrata, as políticas sociais e a exclusão social.

Na segunda-feira à noite o presidente do BPI e da associação empresarial COTEC, Artur Santos Silva, fez uma intervenção sobre competitividade e inovação, e já na terça-feira o socialista e empresário Henrique Neto falou sobre emprego e pequenas e médias empresas.

Antes da sessão de encerramento das jornadas, o vice-presidente do PSD António Borges analisou a situação económica e fez uma exposição das alternativas do partido.

As jornadas foram encerradas com a intervenção da líder social-



democrata, Manuela Ferreira Leite.

Já no passado dia 29, Paulo Rangel, tinha declarado à Comunicação, que as jornadas parlamentares do PSD vão ser abertas à sociedade civil e decorrerão sob o lema da verdade, num “contraste” com a postura do PS.

Em conferência de imprensa, no Parlamento, Paulo Rangel anunciou que as jornadas parlamentares do PSD de segunda e terça-feira, em Évora, terão como tema “Verdade e alternativa”.

“Verdade e alternativa: serão esses os lemas das nossas jornadas”, declarou o líder parlamentar do PSD, acusando o Governo de ter um discurso que “é o contrário” da verdade em matéria económica.

Segundo Paulo Rangel, “não se está a falar verdade aos portugueses” e o PSD defende um discurso de verdade “por mais dura que ela possa ser”.

Por outro lado, o líder parlamentar do PSD declarou que as jornadas de Évora serão de “um contraste total com as jornadas do PS” no que respeita à abertura e ao pluralismo.

“As jornadas do PS foram viradas para dentro. Foram uma sessão de formação sobre o Orçamento do Estado, com forte presença de ministros”, sustentou.

“Nós achamos que Parlamento tem de ser aberto à sociedade civil e

queremos fazer uma reflexão sobre os grandes problemas do país e também do mundo com a presença da sociedade regional, com pessoas de outras tendências, ouvindo críticas e contributos”, acrescentou, dizendo que o PSD essa é “uma posição de abertura de um partido que está em crescimento e a formar uma alternativa”.

Paulo Rangel sublinhou que “há uma preocupação em convidar pessoas dos mais variados quadrantes, há uma preocupação de pluralismo, de abertura, são umas jornadas abertas, ao contrário de outras”.

Paulo Rangel na abertura das Jornadas

Na abertura das jornadas, o líder parlamentar do PSD, que fez a primeira intervenção, afirmou que o projecto do PS é o “capitalismo de Estado” ou “neo-socialismo”, que desqualifica progressivamente a democracia, e declarou que o PSD se oporá a esse caminho.

“Não estamos dispostos a aceitar a via única que nos está a ser vendida todos os dias, que é a via do neo-socialismo que só aumenta a dependência do Estado, que vai no sentido da desqualificação progressiva da democracia”, declarou Rangel.

Repetindo que “o projecto que aí se apresenta é o capitalismo de Estado,

é o neo-socialismo”, o líder parlamentar do PSD esclareceu que se refere à “política de obras públicas, que tudo coloca na dependência do Estado”.

“Não me refiro a estas medidas excepcionais de intervenção nesta crise financeira”, ressaltou.

“Nós iremos recusar qualquer solução que seja a solução do neo-socialismo, uma espécie de capitalismo de Estado”, acrescentou Paulo Rangel, manifestando-se optimista quanto a uma inversão da política económica do Governo.

Como tinha feito no domingo, o líder parlamentar do PSD considerou que o anúncio do Governo de que o Estado vai pagar a curto prazo dívidas às empresas no valor 2.450 milhões de euros “é - independentemente dos resultados - uma grande vitória do PSD, das maiores vitórias nesta legislatura”.

Paulo Rangel lembrou que o PSD tem insistido em medidas para o pagamento das dívidas do Estado, que foram sendo recusadas pelo Governo, e alegou que o anúncio feito no domingo é um recuo: “É o Governo a fazer oposição a si próprio”.

A próxima vitória do PSD será “obrigar o Governo a mudar de política económica”, sustentou Rangel.



“Vai ter de desistir dos seus mega-projectos, dos mega-investimentos: obras que servem para certos sectores da economia, que até podem criar algum emprego provisório em Portugal, mas não são reprodutivas e que fazem afundar o nosso atraso e a nossa divergência com a União Europeia”, defendeu.

“Nós temos também de obrigar o Governo a recuar e vamos fazê-lo. Não tenho dúvida de que vamos conseguir [ao pagamento da dívida] às pequenas e médias empresas”, rematou o líder parlamentar do PSD.

A política educativa que defendemos

O líder parlamentar afirmou também que o PSD defende uma política educativa “de exigência e de rigor” que contrasta com a “política de computadores Magalhães” do Governo.

Acusou o Governo do PS de apostar numa “cultura do facilitismo, da não verdade, do trabalhar para as estatísticas” que atirou as escolas públicas para “os lugares finais dos ‘rankings’ das escolas”.

O PSD defende “não uma política de computadores Magalhães, mas uma política de exigência e de rigor nas escolas”, acrescentou Paulo Rangel, defendendo que “só com exigência há igualdade de oportunidades”.

“Não aparecem escolas públicas nos dez primeiros lugares dos ‘rankings’”, assinalou. “A escola pública aparece nos lugares finais dos ‘rankings’ porque não se premeia o mérito, porque o Governo na política

educativa desistiu do mérito e da exigência”, sustentou o líder parlamentar do PSD.

No seu discurso, Rangel salientou que o tema das jornadas de Évora é “Verdade e alternativa” e alegou que o PSD também se distingue do PS por falar verdade aos portugueses.

“Recuperando o código genético do PSD, encontrei no hino do PSD as palavras que são o lema da nossa jornada de hoje e de amanhã: Paz, pão, povo e liberdade / Todos sempre unidos no caminho da verdade”, citou.

“O PSD não mente aos portugueses, não ilude as dificuldades, tem como critério para propor medidas e para governar Portugal o critério da verdade”, alegou Rangel.

Deputados ponderam sentido de voto sobre o estatuto dos Açores

O líder do grupo parlamentar social-democrata, Paulo Rangel, afirmou no primeiro dia de trabalhos, que o PSD está “em ponderação” sobre o seu sentido de voto em relação ao Estatuto dos Açores depois do veto político do Presidente da República.

Na primeira votação final global do Estatuto Político-Administrativo dos Açores, o PSD votou a favor. Na segunda votação, na sequência do veto por inconstitucionalidade, o PSD voltou a votar a favor do diploma por entender que é globalmente positivo.

O sentido de voto na terceira votação do diploma esteve hoje em discussão nas jornadas parlamentares do PSD, em Évora, numa reunião fechada aos jornalistas em que intervieram deputados como Miguel Macedo e Mota Amaral.

A seguir à reunião, Paulo Rangel afirmou que o PSD está “a fazer uma segunda reflexão, depois de um segundo veto”, e salientou que “um veto político é diferente de um veto por inconstitucionalidade”.

“Estamos em ponderação”, acrescentou o líder parlamentar do PSD.

De acordo com deputados do PSD, na reunião interna do grupo parlamentar o ex-secretário-geral do partido Miguel Macedo defendeu que o partido deve agora votar contra o Estatuto dos Açores.

O próprio Miguel Macedo confirmou essa posição, defendendo que na terceira votação do diploma o que vai estar em causa não é o seu conteúdo, sobre o qual “o PSD já se pronunciou” votando a favor nas anteriores votações mas sim “a questão política da guerra institucional entre o Governo e o Presidente da República”, Cavaco Silva.

“Está em causa um braço de ferro entre Governo e Presidente da República. A votação é sobre isso, é um problema de sinal político. A questão do ponto de vista matéria está arrumada”, defendeu.

Miguel Macedo argumentou ainda que se o PSD voltar a votar favoravelmente “vai sempre permitir que o engenheiro Sócrates utilize esse sentido de voto como argumento” e que se houver uma confirmação do diploma “será a primeira vez que um veto político do Presidente não tem acolhimento por parte da Assembleia da República”.

Segundo deputados do PSD, Mota Amaral discordou de Miguel Macedo, considerando que o partido deve voltar a votar a favor do Estatuto dos Açores e advertindo para o perigo de este ficar conotado com o Presidente da República.

Questionado pelos jornalistas, Mota Amaral disse não querer repetir a sua intervenção na reunião interna mas atestou que defende que o PSD mantenha o sentido de voto a favor do Estatuto dos Açores porque “o voto global é um voto de generalidade e, na

generalidade, o PSD apoia o diploma”.

O antigo presidente da Assembleia da República e do Governo Regional dos Açores responsabilizou o PS pelo veto político de Cavaco Silva e acusou os socialistas de “tentar comprimir os poderes do Presidente da República, algo que em 30 anos nunca se tinha visto”.

Durante o debate interno, Guilherme Silva e Luís Montenegro defenderam também que o PSD deve votar novamente a favor do Estatuto dos Açores e o líder parlamentar deixou a questão do sentido de voto em aberto, adiantaram à agência Lusa deputados do PSD.

Economista Jacques Attali defende criação de «Governo mundial»

O economista francês Jacques Attali, uma das prestigiosas presenças nas “Jornadas”, defendeu que é preciso criar “um Governo mundial” argumentando que o mercado globalizado só funcionará se houver também um Estado de direito globalizado.

Jacques Attali, que foi conselheiro do ex-Presidente francês François Mitterrand e é conselheiro do actual, Nicolas Sarkozy, discursou na segunda-feira através de videoconferência nas jornadas parlamentares do PSD, que decorrem em Évora.

No seu discurso, centrado na crise financeira, o economista referiu que “existe um mercado globalizado” e “um Estado de direito não globalizado” e que “a história mostra que os mercados não funcionam sem um Estado de direito”.

“É necessário criar um Estado de direito mundial”, defendeu Jacques Attali.

O fundador do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) argumentou que “é preciso um direito mundial”, mas que “não faz sentido o direito sem Estado” porque “não tem meios para ser aplicado”.

“É preciso não uma governação mundial, mas um Governo mundial”, acrescentou.

Comparando a economia mundial a um avião, Jacques Attali disse que “não há um piloto no avião da economia mundial, mas também não há uma cabina de pilotagem: temos de construir uma cabina de pilotagem”.

Neste contexto, o economista foi questionado pelo deputado do PSD Mota Amaral sobre a experiência da União Europeia.

Jacques Attali considerou pertinente questionar a possibilidade de se criar um Governo mundial “se a Europa não é capaz” e apontou um século como tempo provável de espera pela utopia do “Estado de direito planetário”.

“Espero que não seja necessário uma guerra”, observou.

Quanto à Europa, Attali defendeu que “é necessário criar condições para ter um verdadeiro Governo da União”, dizendo que “é uma pena que o



Tratado de Lisboa não esteja a funcionar”.

A presença de Maria José Nogueira Pinto

A ex-militante do CDS-PP Maria José Nogueira Pinto esteve, na terça-feira, nas jornadas parlamentares do PSD, onde criticou a atribuição de prestações de 80 euros aos idosos e afirmou que não está “alaranjada”.

Convidada para falar sobre políticas sociais nas jornadas parlamentares do PSD, Maria José Nogueira Pinto assegurou que a sua presença em Évora não permite “nenhuma leitura política”.

“Eu sempre tive uma boa relação com o PSD, mesmo enquanto militante e dirigente do CDS-PP, e não tinha razão nenhuma para não vir, pelo contrário, venho com todo o gosto, mas como não estou a pensar voltar à vida político-partidária a minha vinda aqui não pode ter nenhuma outra interpretação, por isso é que não me liga partidariamente ao PSD”, acrescentou.

Questionada pela Informação se poderá aceitar um futuro convite do PSD, Maria José Nogueira Pinto respondeu: “O futuro a Deus pertence. Até este momento não surgiu nenhum convite e por isso eu não estou aqui nem porque surgiu um convite nem na expectativa de que surja um convite”.

No seu discurso, Maria José Nogueira Pinto apontou a falta de críticas às prestações para os idosos, observando: “Eu percebo que é momento eleitoral, não se pode dizer nada, coitadinhos dos idosos”.

A ex-provedora da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa considerou que “dar 80 euros a um idoso é um ultraje, é um insulto” e que em vez disso ser melhor “dar os serviços de que eles precisam, seja o apoio domiciliário, seja o lar e centro de dia”.

“Disso é que eles precisam. Eles não precisam de 80 euros para irem beber cervejas, para irem comer doces

que são diabéticos e ficam doentes, para serem roubados pelos filhos. Eu conheço essa realidade e é o que vos digo”, acrescentou.

Maria José Nogueira Pinto lamentou que seja “muito fácil a um Governo fazer um brilharete em Portugal”.

“O rendimento mínimo agora está esticar para tudo, desconfio eu que é à custa do dinheiro do Euromilhões”, referiu ainda a ex-militante e dirigente do CDS-PP.

Governo “a reboque” da agenda política marcada pelos sociais-democratas

Antes da abertura das Jornadas e em declarações aos jornalistas, em Évora, Paulo Rangel sustentou que as previsões do Outono da Comissão Europeia demonstram o irrealismo das previsões em que assenta o Orçamento do Estado” para 2009 e vão obrigá-lo a inverter a sua política económica.

Demonstram também que “as finanças públicas não estão consolidadas”, pois segundo as previsões da Comissão Europeia a economia portuguesa vai crescer não mais que 0,5 por cento em 2008 e 0,1 por cento em 2009 - enquanto o Governo prevê 0,8 por cento de crescimento para este ano e 0,6 por cento no próximo ano.

“Estes números apresentados pela Comissão Europeia hoje demonstram o irrealismo das previsões em que assenta o Orçamento do Estado, que são no fundo o contrário do nosso lema: verdade nos números. Não há confiança sem verdade”, afirmou Paulo Rangel.

“Nós atacámos este Orçamento por ele ser irrealista e por não ser rigoroso. Os números da Comissão Europeia vêm dar-nos razão”, acrescentou.

Paulo Rangel defendeu que “é preferível assentar num cenário macroeconómico que seja menos optimista mas que seja realista para

podermos enfrentar os problemas”.

“Isto também demonstra que o Governo está a seguir uma política económica errada, baseada em mega investimentos, em obras públicas, e não na alavancagem das pequenas e médias empresas”, sustentou o líder parlamentar do PSD.

“Não tenham dúvidas de que isto vai obrigar o Governo a inverter a sua política”

O governo vai ter de abandonar os mega-investimentos e concentrar-se no tecido económico empresarial. “Pena é que seja tão tarde”, disse.

Por outro lado, lembrou, a Comissão Europeia prevê uma deterioração do défice orçamental português para 2,8 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2009 e admite que esse desequilíbrio possa aumentar para 3,3 em 2010 se não forem tomadas medidas.

De acordo com o líder parlamentar do PSD, “isto significa que as finanças públicas não estão, afinal, consolidadas”.

O líder parlamentar dos sociais-democratas falava aos jornalistas, durante uma visita ao Hospital da Misericórdia, antes da sessão de arranque das Jornadas Parlamentares do partido na cidade alentejana, que começariam ao início da tarde e terminam terça-feira.

Paulo Rangel, acusou ainda o Governo de andar “a reboque” da agenda política marcada pelos sociais-democratas, dando como exemplo o anúncio, sexta-feira, do concurso para o novo Hospital Central de Évora.

“É questão de dizer que, se o PSD não tivesse trazido para Évora as jornadas parlamentares, o Governo não vinha atrás da sua agenda. O Governo está sempre a reboque de uma agenda que estamos a marcar. Estamos a liderar a agenda política”,

argumentou Paulo Rangel.

O líder do Grupo Parlamentar aludia ao concurso público internacional para a concretização do novo Hospital Central de Évora, que foi lançado sexta-feira, na cidade, numa cerimónia presidida pela ministra da Saúde, Ana Jorge.

O novo hospital, uma reivindicação antiga por parte dos responsáveis locais e que chegou a ser assumido pela anterior governação do PSD, vai custar 94 milhões de euros, devendo entrar em obras em 2010, para abrir ao público em 2013.

“É uma grande vitória das jornadas parlamentares do PSD. Ao marcarmos as jornadas em Évora, o Governo, que não tinha nada inscrito no Orçamento de Estado sobre o Hospital Central, anunciou na sexta-feira” a unidade, destacou Paulo Rangel.

O líder parlamentar congratulou-se pela “vitória do PSD”, que conseguiu “centrar as atenções” do executivo “no Alentejo”.

“Sabemos que, nomeadamente por razões demográficas, o Alentejo tem a necessidade de cuidados continuados, de apoio domiciliário, de centros de saúde muito evoluídos”, salientou Paulo Rangel, lembrando que, nesta área da Saúde, “o Governo tinha esquecido completamente” a construção do Hospital Central.

“O PSD, mais uma vez, marcou a agenda ao escolher o Alentejo e ao obrigar o Governo a vir responder e cobrir a nossa aposta”, reforçou, afirmando também esperar que “não seja apenas mais um anúncio”.

Visita a uma média empresa exemplar mas que não é apoiada como necessário

O programa das Jornadas Parlamentares do PSD tinha começado logo ao início da manhã, em Vila Viçosa, com uma visita à Luximar, uma empresa de transformação, exportação e importação de mármore e granitos.

Paulo Rangel apontou a empresa como sendo “um caso de sucesso”, mas também exemplo das “dificuldades” das pequenas e médias empresas para acederem ao crédito e aos fundos comunitários do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

“É uma empresa que cumpre tudo, desde as obrigações fiscais à segurança social e tudo o resto, funciona perfeitamente, tem 90 por cento para a exportação, mas não tem capacidade de crescimento”, disse.

Isto porque, segundo Paulo Rangel, “os pressupostos para os apoios acabam por não abranger empresas desta dimensão”.

O líder parlamentar do PSD argumentou que as pequenas empresas





“estão preparadas para entrar no mercado global”, mas depois “não têm apoios, nem incentivos, para crescerem de dimensão”, de forma a “rentabilizar mais a sua capacidade”.

“O crédito às pequenas e médias empresas não está virado para aquelas empresas que realmente o necessitam” e que têm condições para se “expandir”, insistiu.

O responsável pela Luximar, Francisco Batista, deu conta das dificuldades pelas quais atravessa e que, disse, começaram a sentir-se mais a partir de Setembro, quando se “começou a falar dos bancos” e da “crise” global.

“Até Agosto, isto mexeu bastante bem, mas, a partir de Setembro, tivemos já algumas dificuldades em exportar normalmente, como estávamos a fazer, para a Alemanha, França, Itália e Inglaterra”, disse.

“Agora”, disse, queixando-se das dificuldades em “arranjar crédito” para impulsionar o crescimento da empresa, “o grosso da sua produção é exportada para o Médio Oriente, que é “onde está o dinheiro”, mas o sector “está em crise porque o mercado europeu está um bocadinho estagnado”.

Henrique Neto, empresário, com fortes críticas a política do Governo, nas obras públicas e no apoio às PME

O empresário socialista Henrique Neto considerou hoje “um absurdo” o projecto do terminal de contentores de Alcântara e criticou a política de obras públicas do Governo, contestando a construção de auto-estradas e o traçado do TGV.

Henrique Neto participou na terça-feira, nas jornadas parlamentares do PSD, em Évora, onde fez uma intervenção sobre pequenas e médias empresas e emprego, mas quis também abordar o tema das obras públicas.

No seu discurso, o vice-presidente da Associação Industrial Portuguesa (AIP) insistiu que faltam “estratégia” e “pensamento sistémico” na sociedade portuguesa – crítica que disse abranger o actual Governo e os anteriores governos nesta crítica.

Comentando em concreto o projecto do terminal de Alcântara, o socialista considerou que a ideia de colocar mais contentores no local é “uma coisa absurda”.

“É um desperdício de dinheiro que só vai prejudicar Lisboa e – lá está – que não tem nenhuma estratégia por trás”, acrescentou, salientando que, “enquanto os Estados Unidos vão querer ter um único porto na costa Oeste e um na costa Leste, Portugal quer ter dois, aparentemente, um em Sines e outro em Lisboa”.

Henrique Neto defendeu que Lisboa deve ser “uma capital de serviços e não de indústria” e



argumentou que ter um terminal de contentores em Alcântara não faz sentido “por razões de tráfego, porque vai levar camiões para a cidade, por razões ambientais e por razões económicas”.

“É muito mais caro ir buscar um contentor a Alcântara do que ir buscá-lo a Peniche ou a Sines”, apontou ainda. “O investimento num túnel+uma ponte, pensar em deslocar a estação dos paquetes para Santa Apolónia: nada disto faz sentido”, reforçou.

O empresário recomendou aos deputados do PSD que olhem para Marrocos e para a forma estratégica como está a organizar-se em termos de transporte marítimo e de vias de comunicação.

Quanto a Portugal, segundo Henrique Neto as rodovias “são totalmente desnecessárias” e “a prioridade das obras públicas são as barragens”.

“[Construir novas auto-estradas] pode render votos, pode ser muito importante, mas não tem nenhum significado económico”, defendeu.

Henrique Neto criticou também o traçado da linha ferroviária de alta-velocidade por passar no Sul de Portugal, dizendo que “como está é um insulto à inteligência e ao desenvolvimento do país”.

A Presidente no Discurso de encerramento

Líder social-democrata exige do Governo

pedido de desculpa por actuações erráticas relativamente ao PSD

e denuncia a falsidade e os erros da “governança Sócrates”

No seu discurso de encerramento das Jornadas, na terça-feira, a Presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, exigiu que o Governo peça

desculpas ao PSD por ter rejeitado “com alarido” a proposta de “pagamento, feita pelo nosso partido, das dívidas do Estado”, anunciando depois “com estrondo” a mesma proposta.

Num discurso forte e incisivo, a Presidente do PSD denunciou, um por um, os pontos mais danosos da governação Sócrates, com especial incidência nos últimos meses.

A governação de Sócrates, que nunca foi boa, aparece agora no seu aspecto mais corroído. O véu que o ilusionismo sócrático (transformado em discurso de Estado) lançou sobre a realidade nos últimos anos, quando arrancado mostra um rosto doente, roído, chagado, moribundo.

Foi este rosto que a Presidente mostrou no seu discurso, decerto sem satisfação, antes com mágoa, porque o mal maior sobra para Portugal e o Povo Português.

Damos abaixo o texto do discurso de Manuela Ferreira Leite ao Grupo Parlamentar:

Senhor Presidente do Grupo

Parlamentar, Senhores Deputados, Inicia-se amanhã na Assembleia da República o debate sobre o Orçamento do Estado para 2009.

É o orçamento que melhor simboliza o que desde o início tem sido a prática política do Governo socialista.

Na verdade, o primeiro orçamento apresentado por este Governo marcou logo o seu estilo.

Como todos se recordam e o PSD não se cansou de insistir, o Orçamento Rectificativo para 2005, partiu de um exercício de ficção nunca antes ocorrido em Democracia. Quem não se lembra do pretensio défice de 6,83% transformado por artes mágicas em 6,1% passados poucos meses?

O Orçamento Rectificativo de 2005 foi o princípio da grande mentira. Esta mesma prática está a ser utilizada no Orçamento de 2009.

Escolheu-se um resultado de acordo com as conveniências políticas do momento e deu-se largas à criatividade para que tudo bata certo com esse resultado.

Este Orçamento, como o PSD já sublinhou com toda a razão, é um exercício de grande ilusionismo, bem à medida do estilo a que o Eng. Sócrates nos habituou.

E não queiram convencer que um Orçamento de um Governo do PSD não poderia ter sido muito diferente deste que está em discussão. Os que o afirmam não só não conhecem a realidade como não são capazes de a compreender.

Seria, com certeza, diferente.

Podia concordar-se, ou não, com as opções nele contidas, mas uma coisa é certa: um Orçamento elaborado pelo PSD seria sempre um Orçamento sério e verdadeiro. Seria um Orçamento ambicioso à conquista de um futuro melhor.

Mas por isso mesmo, porque teria os olhos postos no futuro, e porque não se constrói um futuro de costas viradas para as pessoas e para a realidade, o nosso Orçamento seria um Orçamento realista e, por isso mesmo, seria responsável e justo.

Senhores Deputados: a discussão deste Orçamento decorre numa altura em que o País se encontra num momento especialmente crítico, que causa grande ansiedade aos



portugueses.

Esta situação é o resultado das políticas erradas teimosamente seguidas e que o Eng. Sócrates pensou poder iludir com razoável eficácia até às eleições.

Mas a crise internacional não veio só pôr a nu a fragilidade de muitas instituições financeiras internacionais. Ela veio também precipitar as consequências mais que óbvias de uma política interna de ilusionismo que o PSD tem denunciado de forma consistente.

Bem pode o Eng. Sócrates usar e abusar da sua maioria absoluta. Bem pode o Eng. Sócrates organizar eventos e espectáculos de luz e som, com que pretende distrair, encadear ou ensurdecer os portugueses.

Bem pode o Eng. Sócrates querer calar a oposição e todos os que ousam passar sem fazer a devida vénia.

O Eng. Sócrates já percebeu que toda a sua construção fictícia ruíu e que o País está pior, muito pior do que quando ele chegou ao poder, com uma mão cheia de promessas que sabia não poder cumprir, e outra mão cheia de arrogância para atirar poeira para os olhos dos que tinham dúvidas.

Três anos e meio de Governo socialista e já todos perceberam que se tratou de uma oportunidade que não foi só perdida. Foi esbanjada, desperdiçada, com uma levandade e uma incompetência tão grandes, quanto as condições favoráveis que encontraram para o desempenho de um bom Governo.

Fala-se hoje de uma profunda crise de confiança a nível internacional. Mas a nível nacional sente-se a mesma descrença.

O Eng. Sócrates traiu a confiança dos portugueses, traçou o seu caminho e não quis que nada lhe tolhesse o passo porque tinha os olhos postos no horizonte das eleições de 2009.

Foram três anos de sacrifícios em nome de uma prosperidade que cada dia era anunciada como iminente e que cada dia se afastava a passos mais largos.

Quando deixa de se acreditar que aqueles em quem se confia não vão olhar pelos nossos interesses e que vão utilizar o poder que lhes atribuímos para nos enganar, instala-se a desconfiança.

E tal como acontece nos mercados financeiros, o único antídoto para as angústias que os portugueses sentem perante o futuro é a recuperação da confiança.

Para isso, é essencial mudar de políticas.

Podem os diagnósticos estar todos feitos, podem ser anunciadas as medidas mais audazes para sustentar o desmoronar dos equilíbrios que julgámos firmes, que nada será eficaz se não se confiar em quem decide, executa e controla.

Ora, não podemos confiar em alguém que diz hoje uma coisa e amanhã o seu contrário, que afirma algo como se fosse verdade e depois age exactamente ao contrário do que



apregooou.

Há inúmeros exemplos desta duplicidade, em que um dia se rejeita com alarido o que no dia seguinte se anuncia com estrondo. Ficou célebre a garantia do “jamais”. E ainda há dois dias fomos surpreendidos pela decisão do Governo de pagar as dívidas às empresas, tal como o PSD tinha proposto publicamente.

Mas quem não ouviu o tom agastado do Governo a recusar essa mesma proposta? Quem não assistiu às contas apressadas que acusavam o PSD de

irresponsabilidade? Quem não se lembra da orquestra afinada de seguidores que vieram agitar o papão do défice?

Pois bem, de adiada ou impossível, a medida passou a urgente e imediata. Afinal, o PSD tinha toda a razão.

Falta agora pedir desculpas ao PSD e explicar à opinião pública se afinal era necessário e possível, porque é que o Governo não pagou antes do aprofundar da crise.

Mas mesmo assim ainda falta ver para crer porque todos nos lembramos quantos anúncios iguais a estes já foram feitos e que não passaram de um momento mediático sem consequências para os portugueses.

Na verdade, já em 2007 o Governo anunciou um plano para reduzir os prazos de pagamento a fornecedores. Mas nada aconteceu até que em Maio de 2008, no debate quinzenal na Assembleia da República esta medida foi reforçada com novo anúncio. Desta vez, adiantavam-se mesmo alguns detalhes, indo ao ponto de garantir o pagamento a curto prazo de 600 milhões de euros de dívidas a fornecedores no sector da saúde e noutros departamentos da Administração Central, mas também nas Autarquias Locais e Regiões Autónomas.

A confirmação de que nada foi feito e nada foi pago está no novo anúncio sobre os mesmos pagamentos, desta vez dramatizado com uma decisão urgente a um domingo e envolvendo uma verba de 1200 milhões de euros.

É claro que o Ministro das Finanças já teve o cuidado de não dizer como, nem quando irá pagar. E quanto

às Autarquias ainda falta entrar em conversações.

O Eng. Sócrates rejeitou as propostas do PSD porque gosta de parecer que toma as decisões sozinho, sem ouvir ninguém, nem dar qualquer crédito aos que podem e devem contribuir para que o nosso País progrida e os portugueses vivam melhor.

O Eng. Sócrates não aceita conselhos, acha mesmo que nem vale a pena parar para pensar.

Em vez disso, em vez de ouvir atentamente e ponderar nas melhores soluções para os portugueses, manda os seus Ministros responder desabridamente a quem ousou pensar diferente e melhor que ele.

Em vez de ter Ministros para resolver os problemas dos portugueses, o Primeiro-Ministro tem Ministros ocupados em tomar conta da oposição.

Tem Ministros com funções jornalísticas, Ministros que fazem de comentadores e Ministros com vocação comercial.

E quando tem Ministros que pareciam governar, ou seja, trabalhar para o bem comum, como é o caso da Ministra da Educação, conclui-se que afinal trabalha para as estatísticas, sem respeito pelo prestígio e motivação dos professores e, o que é pior, sem respeito pelo futuro dos alunos.

Outro exemplo de um jogo de aparência é o episódio da apresentação do Orçamento por 4 Ministros. O Governo introduz uma importante alteração à Lei do Financiamento dos Partidos que tentou que passasse despercebido a todos os Deputados.

Denunciada a iniciativa, o Governo apressou-se a desmentir acusando a oposição de erro de interpretação.

Depois evoluiu para a gralha. Finalmente, negou conhecer sequer a existência da norma e do seu autor.

Como se pode confiar num Governo que entrega na Assembleia da República um documento com a importância da Lei Orçamental, sem sequer verificar o que ele contém?

Senhores Deputados: a ocupação dos Ministros com a oposição justifica-se porque o Eng. Sócrates tenta desesperadamente calar o PSD, ocultando a informação ou distorcendo as críticas certas que lhe

Parlamento



são dirigidas porque sabe que a realidade confirma que ele já não é capaz de iludir mais a confiança dos portugueses.

O que o Eng. Sócrates quer dos portugueses é uma sociedade amorfa, obediente, calada, e para isso, tudo tem sido feito para que seja cada vez maior a dependência da decisão do Estado e do poder socialista.

O que se obtém hoje do Estado não é por mérito, mas por atestado de bom comportamento.

Quando um governante sente que não tem a confiança das pessoas, recorre ao autoritarismo, à ameaça, à prepotência e ao ataque pessoal.

Substitui a competência pela convivência.

O Eng. Sócrates já não espera que os portugueses acreditem nele, mas acredita que pode viver sem isso, desprezando todas as críticas e ignorando os sinais evidentes do seu fracasso.

Mas quem tornou o País débil com 3 anos de mau Governo, procura agora aparecer como o seu salvador.

O Eng. Sócrates arvora-se no homem de confiança na crise.

Mas a crise ajudou-a ele a criar e a confiança há muito que se esfumou.

Na verdade, com o Eng. Sócrates nunca se sabe de que lado está a verdade.

O que se passou com a crise financeira é um bom exemplo.

Por um lado, actuou sempre como se tivesse sido apanhado de surpresa.

Depois assegurou que Portugal era imune à crise.

Afinal, há 10 dias numa entrevista, o mesmo, afirmou que “a crise financeira já era visível no início deste ano”.

Como se pode confiar num Primeiro-Ministro que não tomou em consideração na sua actuação política um facto desta gravidade?

E agora confessa que afinal já o conhecia desde o início do ano!

Senhores Deputados: o Governo tenta fazer com a oposição o que foi fazendo com os diferentes grupos sociais: desprestigiar, desmoralizar, inibir.

O Governo cultiva esta conflitualidade destrutiva, ignorando até as importâncias dos símbolos e das organizações.

Ora, as mudanças não podem ser feitas à custa do enfraquecimento e do valor das instituições.

O PSD não se deixa atemorizar, nem prescindindo do seu papel activo em defesa dos interesses dos portugueses.

O seu Grupo Parlamentar tem tido uma intervenção consistente e decisiva neste combate político. Sei que não é preciso pedir-vos mais, porque tudo farão o que estiver ao vosso alcance. Com seriedade, com coragem e com sentido de Estado, serão certamente grandes defensores dos interesses dos portugueses. – Fonte: Gab. CPN/PSD



Carlos Coelho defende simplificação do sistema que regulamenta as alterações de medicamentos



Foi aprovada hoje pelo Plenário do Parlamento Europeu uma directiva que tem como objectivo proceder a uma **revisão, simplificação e harmonização** do sistema das **alterações de medicamentos**, em benefício da saúde humana e animal. Independentemente do procedimento seguido para autorizar a sua introdução no mercado, todos os medicamentos serão objecto dos **mesmos critérios** para efeitos de **avaliação, aprovação e tratamento administrativo** das alterações. Até à data, estas autorizações eram

concedidas por procedimentos exclusivamente nacionais em diferentes Estados-Membros.

O **Deputado europeu do PSD Carlos Coelho**, defensor desta medida, salienta que neste caso *“colocavam-se problemas de várias ordens”*. Por exemplo, do ponto de vista de **saúde pública**, *“não parece haver justificação para que os Estados-Membros recorram a critérios científicos distintos ao avaliarem as alterações dos medicamentos”* afirma **Carlos Coelho**. Esta situação tem **repercussões negativas** nomeadamente para **os pacientes**, uma vez que a introdução de determinadas alterações destinadas a melhorar a eficácia de um medicamento pode ser adiada ou inclusivamente não vir sequer a concretizar-se.

Segundo o Deputado português, o *“novo sistema”* de Autorização de Introdução no Mercado (AIM) de medicamentos alterados *“trará benefícios para todos os intervenientes”*: **doentes, autoridades públicas e empresas farmacêuticas**.

Carlos Coelho defende claramente a necessidade de **simplificação e uniformização** dos processos administrativos.

Carlos Coelho defende no Parlamento Europeu legislação que protege crianças de conteúdos na internet

A Sessão Plenária do Parlamento Europeu aprovou hoje um Relatório relativo à criação de um **Programa comunitário plurianual (2009-2013)** que visa **sensibilizar o público, ao mesmo tempo que deverá educar as crianças para uma utilização mais segura da Internet**, nomeadamente contra o acesso a conteúdos ilícitos, contra o aliciamento e a ciberperseguição. Este Programa contou com o apoio do Eurodeputado do PSD **Carlos Coelho**.

Segundo **Carlos Coelho**, as estatísticas mais recentes do Eurobarómetro, cerca de **74% dos jovens** (entre os 12 e os 15 anos), **passa mais de 3 horas, por dia, na Internet**. A grande maioria dessas crianças reconheceram já terem tido acesso, acidentalmente, a imagens pornográficas.

Para o Deputado português, é essencial que *“adoptemos o mais rápido possível todas as medidas que se afigurem necessárias para proteger as nossas crianças dos perigos crescentes que lhe são trazidos pelo cada vez maior número de sites contendo conteúdos prejudiciais para as crianças, nomeadamente materiais pedopornográficos.”*

Na sua opinião, tem de se *“travar o aumento”* - cerca de 16% no último ano - que se tem vindo a registar de *“casos de abuso contra crianças na Internet, agravado pela tendência preocupante para uma descida da idade das crianças envolvidas.”*

Por essa razão, **Carlos Coelho** apoia este programa, bem como a *“disponibilização de pontos de contacto e linhas telefónicas de emergência de forma a denunciar a existência deste tipo de conteúdos”* e também a criação de um rótulo comum, para as páginas da Internet - *“seguro para as crianças”*.

Carlos Coelho defende no Parlamento Europeu legislação que promove veículos não poluentes

O Parlamento Europeu aprovou hoje uma directiva que visa promover a **introdução no mercado de veículos não poluentes e energeticamente eficientes**. Com esta legislação pretende-se contribuir para a **eficiência energética nos transportes**, mediante a redução do consumo de combustível para fins de protecção do clima, através da **redução das emissões de CO₂** e de melhoria da qualidade do ar, através da **redução das emissões poluentes**.

A directiva exige que os poderes públicos, as entidades adjudicantes e alguns operadores **tenham em conta os impactos energético e ambiental** ao adquirirem veículos de transporte rodoviário.

Para o deputado **Carlos Coelho**, *“o Parlamento Europeu tem de ser exemplar na aprovação de critérios de sustentabilidade nomeadamente aquando de adjudicações públicas”*, a fim de melhorar a **contribuição do sector dos transportes** para as políticas da UE nos domínios do **ambiente, clima e energia**.

A introdução, no mercado, de tecnologias com melhor desempenho é frequentemente prejudicada pelo custo inicial elevado e por uma procura insuficiente de clientes. Na opinião de **Carlos Coelho**, é necessária uma *“acção a nível comunitário”* para incentivar os investimentos para o fabrico de veículos **menos poluentes e mais eficientes** em termos energéticos, até mesmo porque, *“a longo prazo as despesas com este tipo de alternativas serão menores”*.

Por todas estas razões o Deputado português apoia esta directiva e espera que as autoridades públicas, fabricantes e indústria se sintam encorajados para serem *“exemplarmente pioneiros”* numa atitude de **baixo impacto ambiental**.



SOBRE O LIVRO “O MODELO SOCIAL EUROPEU: QUE FUTURO ? “ DA AUTORIA DE JOSÉ A. SILVA PENEDA



A Porto Editora publica este trabalho do deputado europeu do PSD, na sessão de lançamento de quinta-feira passada, no Porto, na Biblioteca Almeida Garrett (Palácio de Cristal), evento que teve uma intervenção da Presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite.

Este também presente e participou, o euro-deputado João de Deus Pinheiro.

....

Como deputado europeu, Silva Peneda tem-se distinguido fundamentalmente nas áreas que se relacionam mais de perto com as políticas orçamentais e sociais.

Este livro aborda essencialmente o domínio do social, onde o autor teve um papel muito activo nalguns dossiers, dos quais se destacam, por exemplo, a Directiva do Tempo de Trabalho, o novo regulamento do Fundo Social Europeu, o relatório sobre a Flexigurança e outro relatório sobre o Modelo Social Europeu.

Vários aspectos destas temáticas são abordadas neste livro desde as questões orçamentais, onde o autor afirma a sua posição muito crítica relativamente ao sistema em vigor, qualificando a actual situação como pouco transparente, confusa, anti-comunitária e até humilhante. Defende uma ampla reforma do modo de preparar e negociar os orçamentos comunitários e afirma que a Europa precisa de uma verdadeira Constituição Financeira.

As questões referentes ao comércio externo e globalização são abordadas de diferentes perspectivas, com a expressão da ideia de que a União Europeia não se pode limitar apenas a reagir perante o fenómeno da globalização, mas tem de dar mostras que quer controlar os aspectos mais decisivos desse processo e deve assumir como uma das suas grandes prioridades a contribuição para a busca da plataformas de equilíbrio social nas futuras grandes potências mundiais. O autor qualifica esta desejável actuação da UE como a tarefa mais nobre que a

Europa poderá desempenhar e a que mais poderá vir a contribuir para a paz no mundo.

Perante a constatação de que com a globalização, há regiões europeias que ganham, enquanto outras perdem como é o caso do Norte de Portugal, Silva Peneda defende uma reforma da política regional europeia, que canalize mais meios para as regiões que mais têm sido penalizadas com a globalização. Acrescenta que essa revisão da política regional europeia é necessária, é justa e é legítima porque dá corpo aos princípios da coesão definidos nos tratados.

Mas é sobre o Modelo Social Europeu que o autor mais reflecte a sua atenção.

Define Modelo Social Europeu como um conceito associado à preservação de um clima de paz, prosperidade, justiça social, solidariedade, de vivência em liberdade, em democracia e no respeito pelos direitos humanos. Esse modelo

social que sendo simultaneamente uma unidade em torno desses valores, também apresenta uma grande diversidade na forma como esses valores são aplicados, através dos diferentes sistemas de protecção social que se foram desenvolvendo, de acordo com as distintas tradições e culturas de cada Estado Membro ou até, de cada região, dentro do mesmo Estado.

O autor afirma que as reformas que são necessárias fazer no Modelo Social Europeu estão ligadas a outras reformas, também decisivas, que terão de ser feitas, especialmente no domínio económico. A este respeito, um dos problemas, na opinião do autor, situa-se no elevado grau de timidez que a Europa tem evidenciado para levar a cabo reformas no plano económico, como por exemplo, a excessiva lentidão na liberalização dos mercados, incluindo a área dos serviços e a área financeira.

Silva Peneda entende que, no que respeita à reforma do Modelo Social Europeu é mais do lado das reformas



no domínio da economia que a resposta deve ser encontrada e muito menos na reforma do próprio modelo, embora também para ele recomende alterações importantes. A este respeito é curioso ler neste livro uma frase premonitória, face à actual crise financeira, quando o autor refere “A União Europeia criou o Euro mas tem os mercados financeiros totalmente fragmentados por espaços que correspondem aos diferentes Estados Membros”.

O autor aborda a necessidade de se encarar uma ampla reforma que aborde a própria questão do financiamento dos sistemas de segurança social, no sentido da substituição, pelo menos em parte, da tributação do factor trabalho pelo recurso a impostos indirectos.

Afirma que os europeus não aceitam viver sem um grau elevado de protecção social e, nesse sentido, maior flexibilidade e maior liberalização dos mercados, se por um lado vai permitir um maior crescimento económico, também vai elevar o nível de incerteza e, por isso, tem de obrigar a uma maior protecção social.

Silva Peneda entende que enquanto a Europa crescer a taxas perto do 1% ou 2% há muito pouco a fazer e o caminho inevitável será o da perda de regalias sociais. Aí as reformas não serão um remédio, mas a consequência inevitável de uma degradação que não permite outras alternativas. Seria o caminho de decadência que muitos temem e, por isso, a desconfiança, a decepção e o medo de que estão possuídos.

O autor insiste que a prioridade é pôr a economia a crescer e isso não depende dos níveis de protecção social existentes. Depende muito mais da capacidade dos governos explicarem aos seus concidadãos que liberalizar os mercados é a via que pode permitir assegurar níveis de protecção social elevados, mesmo que aconteçam situações de mudança que possam provocar alguma instabilidade a curto prazo. A este respeito Silva Peneda propõe, neste livro, uma actuação, a nível europeu, na base de oito linhas de orientação.

O autor reconhece que, perante as mudanças que se operam por todo o lado, o Modelo Social Europeu não vai ficar à margem dessas mudanças. A questão fundamental é saber como é que a Europa pode continuar a ser competitiva preservando contudo os valores que são a essência do seu modelo social.

Para que a União Europeia seja competitiva perante o mundo há que encetar, no seu seio, reformas de diversa natureza, e o autor dá como um dos exemplos a alteração de comportamentos e atitudes por parte



de empresas e de trabalhadores, no sentido de fomentar os níveis de confiança entre as partes. Silva Peneda considera muito importante e urgente que, neste tipo de relações, uma cultura baseada na cooperação ocupe progressivamente o espaço da cultura que tem sido a dominante e que se baseia no conflito.

E acrescenta que esse caminho será tanto mais fácil de percorrer, quanto maior for o nível de confiança mútua. Ora, os níveis de confiança serão tanto mais elevados, quanto mais intensificado for o diálogo social. E, quanto mais intenso for o diálogo social, maior transparência existirá nas decisões relacionadas com processos de ajustamento ou de reestruturação.

Numa época onde as mudanças se sucedem a um ritmo que nunca foi experimentado noutra época da história, há que, por todos os meios, tentar minimizar os riscos que lhes estão associados. A forma mais directa de os minorar é através da promoção de mais segurança na mudança. O autor confessa não simpatizar com o termo flexigurança, preferindo antes utilizar a expressão segurança na mudança, porque entende que quanto mais risco houver, mais segurança há que garantir.

Silva Peneda reconhece que os europeus não convivem bem com a globalização. Mais do que vantagens e oportunidades, o que se sente é mais uma séria ameaça ao bem-estar de largos estratos da sociedade europeia.

E isto é tanto assim que já não se assiste nas ruas a uma onda de reivindicações por mais garantias e direitos, mas tão só a uma visível preocupação com a manutenção das coisas tal como estão.

A distância entre o discurso europeu sobre a necessidade de adaptação às mudanças e as realidades concretas do dia a dia dos cidadãos tem contribuído para o aumento da falta de confiança, entre cidadãos e instituições europeias. Essa confiança só poderá ser recuperada se os caminhos do crescimento económico, da criação de emprego e do reforço da coesão social forem encontrados.

Em diversas partes do livro o autor refere a confiança como o maior ingrediente com vista ao sucesso de qualquer política. Confiança da parte de quem conduz a política e confiança por parte dos milhões de decisores que todos os dias tomam os mais variados tipos de decisões. A esse respeito, condensa, neste livro, algumas das ideias sobre a questão da confiança, a nível europeu.

“A pouca credibilidade política, por parte do Conselho, é um facto. Essa falta de credibilidade é patente quando se manifestam, de forma clara, incoerências e inconsistências sobre aspectos essenciais da política europeia. Alguns exemplos mais flagrantes: Como é possível defender o alargamento da União Europeia e aumentar as suas competências e, ao mesmo tempo, reduzir o seu financiamento a 1% do PNB? Como é

possível a União Europeia falar a uma só voz na cena internacional, sem a existência de uma política de vizinhança clara? Como é possível responder aos desafios do fenómeno da globalização, inclusivamente em matéria de liberalização do sector têxtil, sem a União Europeia ter uma política comercial clara? Como é possível decidir, em 2002, um pagamento obrigatório europeu para os agricultores e admitir depois a possibilidade do co-financiamento ou mesmo a renacionalização da política agrícola comum? Como é possível que os pecadores sejam julgados pelos próprios pecadores, como se verifica no pacto de estabilidade, onde os mesmos que definiram sanções para quem viesse a violar o pacto vêm depois dizer que não é bem assim e que eles mesmos, depois, dirão como é? Finalmente, como é possível que um país – a França – afirmar que só participará para o Orçamento da União na base de 1%, mas, ao mesmo tempo, é a favor da adesão da Turquia? A França entende assim que o alargamento recentemente efectuado vai ser pago, mais que proporcionalmente pelos antigos países da política de coesão, entre os quais Portugal, para, posteriormente, a adesão da Turquia vir a ser paga pela Polónia e seus vizinhos. Esta posição da França foi corrigida agora por Sarkozy.

Estes exemplos servem para mostrar que há muito a fazer no sentido de restabelecer a coerência e consistência das decisões do Conselho Europeu, pois sem elas não pode existir credibilidade e, sem credibilidade, não se constrói a confiança.

E a confiança é a grande arma que se deve utilizar contra os medos. Sem confiança não se combatem os medos, não se dinamiza a economia, nem se conquista a opinião pública, especialmente quando se trata de um referendo.

Os problemas do nosso tempo são cada vez mais globais e exigem respostas também globais. Perante este quadro as visões parcelares tendem a valer menos do ponto de vista social e daí que a defesa exclusiva de interesses corporativos é, na opinião do autor, o caminho menos adequado face aos desafios do futuro.

O autor apresenta ainda neste livro dois decálogos. Um, sobre as ameaças da democracia no Mundo e outro sobre a organização dos governos face à perspectiva da evolução das nossas sociedades.

Neste livro estão identificadas e analisadas alguns dos temas mais determinantes na definição das políticas europeias para o futuro. -
Correspondente

Artigo de Opinião

A outra Política Fiscal...

Ricardo Rio (*)

Para o comum dos cidadãos, aquilo que verdadeiramente importa em matéria de política fiscal, pelo menos ao nível da leitura pública que vai fazendo das opções políticas do Governo, é a definição das taxas dos impostos.

De facto, por mais que a aplicação das regras de cálculo, a definição da base de incidência ou as formas de tramitação (pagamento e/ou reembolso) se alterem, só à posteriori é que o contribuinte se aperceberá se a tais medidas corresponde uma subida ou descida dos impostos que paga ao Estado.

À partida, porém, e sem prejuízo de que a realidade possa demonstrar o contrário, é manifestamente claro e directo o raciocínio de que uma maior taxa é algo de mau e uma descida das taxas deve ser reconhecido como uma medida positiva, trate-se de impostos directos ou indirectos.

Para quem gere a política fiscal, todavia, esta dialéctica é demasiadamente redutora das opções em aberto, razão pela qual a generalidade dos economistas têm centrado o seu discurso na necessidade de simplificação do sistema fiscal, enquanto via para conferir maior transparência e equidade ao sistema e, potencialmente, gerar aumentos de receita cobrada, que viabilizariam a diminuição da carga fiscal individual.

Há, de facto, múltiplas decisões que podem ser tomadas em sede de gestão da política fiscal que, sem envolver a alteração das taxas aplicáveis, podem ter significativas consequências sobre a eficácia e justiça do sistema fiscal e, bem assim, sobre a própria gestão financeira das empresas e/ou dos particulares.

Nestes casos, exige-se um correcto equilíbrio entre a abertura para o estudo de novas soluções, a iniciativa de as implementar e a necessidade de monitorizar e corrigir (quando adequado) os seus impactos.

Até porque, se nem é admissível nem saudável para o funcionamento da economia no seu todo a constante mutação das “regras” – nomeadamente em matéria fiscal -, também não é compreensível nem desejável a perpetuação de situações perniciosas ou o desaproveitamento de propostas aparentemente positivas.

E, finalmente, parece-me de todo inaceitável que as razões para o fracasso de uma qualquer medida ou para o adiamento ou rejeição de qualquer inovação possam residir em “falhas” ou “limitações” da máquina fiscal.

Neste mesmo espírito, invoco dois exemplos que têm sido alvo de profusa discussão pública, ambos no quadro do IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado: a “inversão do sujeito passivo” no sector da Construção Civil e o movimento em prol do “IVA com recibo”.

No primeiro caso, e tendo como objectivo “acautelar eventuais situações de prejuízo ao erário público”, o Governo português estabeleceu, por via da inversão do sujeito passivo (Decreto-Lei n.º 21/2007, de 29 de Janeiro), que o devedor do imposto é o sujeito passivo adquirente de serviços de construção civil, incluindo a remodelação, reparação, manutenção, conservação e demolição de bens imóveis, em regime de empreitada ou de subempreitada.

Isto é, ao invés de ser o fornecedor dos bens ou serviços a proceder à liquidação do imposto em dívida ao Estado, tal responsabilidade passou para o seu adquirente (desde que este seja também um agente que proceda à dedução do imposto), sem que tal ponha em causa o normal direito à dedução do imposto suportado pela entidade fornecedora/prestadora.

Todavia, como logo foi expresso em reivindicação expressa por nove associações representativas de toda a cadeia de valor do sector, esta alteração levou a que “a neutralidade do sistema do IVA fica, para estas empresas,



dependente, quase em exclusivo, do mecanismo do reembolso”.

Daí que, no próprio Orçamento de Estado para 2008 tivessem sido introduzidas medidas que viabilizavam o acesso a um regime especial de reembolso do IVA a 30 dias, o que nunca se chegou a verificar, com questões meramente administrativas a impedir as empresas de aceder a tal regime.

Ora, perante tais atrasos, a imposição da exigência de caução ou garantia bancária para a atribuição do reembolso e a impossibilidade de as empresas requererem o reembolso antes do fim do período de 12 meses, quando o crédito a seu favor exceder 12,5 vezes o salário mínimo nacional, são múltiplas as fontes de previsível estrangulamento em termos financeiros e de tesouraria, que pode pôr em causa a sobrevivência de inúmeras empresas de pequena e média dimensão.

Da mesma forma, num país em que grassa o estatuto de “mau pagador”, e em que o próprio Estado contribui para tal situação, parece ser de elementar justiça a reivindicação de várias associações empresariais e do Movimento Cívico “IVA com Recibo”, para que o IVA apenas possa ser exigível pelo Estado quando a prestação dos serviços ou o fornecimento dos bens for pago e não quando a factura é emitida, como hoje acontece.

Também aqui, esta situação provoca sérias dificuldades à tesouraria das empresas mais débeis, podendo gerar, em muitas circunstâncias, e até por força das medidas radicais hoje adoptadas pela máquina fiscal em casos de incumprimento, consequências bastante gravosas, que podem conduzir ao próprio encerramento das empresas em questão.

Ora, é precisamente por exemplos como estes que invoquei que a condução da política fiscal requer uma especial atenção a todas as suas vertentes de aplicação, muito para lá da mera fixação das taxas de imposto aplicáveis a cada situação. Só que esta é uma tarefa bastante mais difícil...

- (*) *Correspondente do PL; Mestrado em Economia, Vereador da Câmara de Braga, Presidente da CPS/PSD*



De Pedro Caramujo, UMTS Radio Planner and Optimiser, do Seixal

FISCO - O SAQUE IMORAL E REVOLTANTE

É uma coisa absolutamente imoral e revoltante a forma como o Fisco se anda a comportar neste País.

Nunca pessoal alguma, muito menos os funcionários das finanças, fizeram qualquer menção que, para podermos fazer declarações de IRS em União de Facto, a morada fiscal de ambos os elementos do casal tinham que ser iguais. NUNCA. Está na Lei, é um facto, mas está na Lei há anos e durante anos a prática foi provavelmente a de senso comum, como o meu caso, em que a declaração foi feita segundo o estado em que me encontrava por ignorar essa obrigação. E o fisco sempre aceitou, nunca disse nada e sempre emitiu nota de Liquidação. Ora de o próprio fisco age desta forma ano após ano, como é que eu vou adivinhar que estou a fazer algo errado? Se eles não sabem como podem exigir que nós saibamos?

É claro que a Lei existe e o seu propósito é minimizar as fraudes exigindo algumas obrigações aos contribuintes. Mas no entanto essa obrigação de haver moradas fiscais iguais pode na mesma ser utilizada por qualquer casal que NÃO viva em União de Facto, para beneficiar do estatuto.

Pois bem, agora que o sistema faz cruzamentos automáticos eis que começam a surgir inúmeros casos de casais que não tinham morada fiscal igual nem este ano nem em anos anteriores. É preciso que se diga bem alto que nunca houve qualquer acção de pedagogia a informar os contribuintes desta exigência, e como disse atrás, provavelmente nem os funcionários das Finanças tinham consciência desse pormenor.

O que faz o Fisco? Depois de contestar as entregas deste ano, ei-lo a perseguir todos os casais que, em anos anteriores: 2005, 2006, 2007, não verificavam o pormenor, exigindo novas declarações separadas e a devolução dos montantes entretanto devolvidos pelo Fisco na Nota de Liquidação de cada Ano. E, claro está, o pagamento de multas e juros de mora, a torto e a direito, por estarmos a entregar hoje documentos de anos anteriores.

ISTO É ABSOLUTAMENTE IMORAL E ESCANDALOSO.

Como se pode exigir agora, como está a acontecer com um casal amigo, que estando a viver juntos á mais de 4 anos, com um filho de 3 anos e outro de 1 anos, que por ignorância não alteraram a morada fiscal MAS VIVEM JUNTOS, façam novas declarações e tenham que devolver mais de 6000€ ao Fisco? Onde é que eles vão buscar 6000€

Porque é que eles têm que os devolver se eles VIVEM em UNIÃO DE FACTO????

Eu pergunto: O Fisco aqui age de boa Fé? Ou age de forma déspota apenas interessado em extorquir, extorquir, extorquir a todos os que puder da forma que puder?

É que isto não vai parar porque a Lei neste País é de tal forma complexa e dinâmica (muda todos os anos) que há e haverá sempre mais alguma virgula, algum pormenor nos 5 ou 6 impostos que pagamos que não está a ser cumprido.

ESTE PAÍS É UMA VERGONHA e [o Parlamento de maioria absoluta socialista] mais uma vez cala bem calado e o povo que se lixe. – P. C.

De Vitor Sandro Coelho, sandro@cheaptrade.pt

IAPMEI nega apoio a PME formada posteriormente a Dezembro de 2006

/.../ Ao abrigo da iniciativa do nosso Governo na qual se pretende de alguma forma ajudar as PME portuguesas, tentei concorrer na minha empresa a este plano, apresentando a candidatura no balcão do banco com o qual trabalho, Montepio Geral.

Inicialmente aceite a candidatura foi posteriormente anulada porque da parte do IAPMEI surgiu uma informação de que as empresas com inicio de actividade posterior a 31/12/2006 teriam os seus projectos de investimento imediatamente anulados. Tendo já contacto o IAPMEI, o mesmo confirma a informação e ao mesmo tempo garante que **não existe legislação** que o confirme.

Neste sentido é com indignidade que vejo tal coisa a acontecer. Os projectos no qual se inclui o meu são automaticamente anulados sem qualquer análise? Pelo que me transmitem ainda que eu apresente uma garantia real de valor superior aquele a que estou a concorrer (sendo que nesta situação não haveria qualquer risco para o banco ou sociedade de garantia) vejo o meu projecto automaticamente cancelado por algo que não derivada da legislação?

Terá sido com este intuito que se abriu esta porta às PME, ajudar as empresas com história e ao mesmo tempo prejudicar aqueles que mais dificuldades sentem por muitas das vezes ainda não se terem integrado devidamente no mercado ou ganho posição suficiente para serem líderes?

Numa altura em que tanto se fala de ajudar as PME parece-me que, no mínimo, esta situação deva chegar ao vosso conhecimento – V. S. C.

Notícias de Almada

PSD de Almada lança petição sobre o caos instalado na cidade

O PSD/Almada está a lançar uma Petição para, em conjunto com os Almadenses, exigir que a Câmara de Almada reveja o Plano de Acessibilidades XXI e que promova uma revisão orçamental para o aumento de verbas para a requalificação do espaço público a começar pela Avenida principal de Almada, desde o Centro Sul até Cacilhas, onde a circulação automóvel, os passeios e o estacionamento são verdadeiros atentados à qualidade de vida dos Almadenses e mostram bem que a Actual maioria comunista e a actual Presidente da Câmara de Almada têm ajudado a «matar» a cidade de Almada.

Os Almadenses sofrem todos os dias as consequência de políticas autárquicas erradas e da forma como se copiaram modelos de outras cidades que, quando implementados num local com uma morfologia urbana diferente, têm agravado o mal estar das populações, têm originado uma situação de crise no comércio local, e têm colocado em causa o funcionamento da cidade.



Nesse sentido, e durante 2 meses, o PSD/Almada irá através do site <http://www.peticao.com.pt/acessibilidades-almada> (o texto da petição está disponível na íntegra neste link), recolher assinaturas de todos os interessados, e para além disso irá realizar contactos com os comerciantes e com a população de Almada, no sentido de os informar desta campanha e de pedir que se juntem ao PSD nesta luta pelo Futuro de Almada.

A primeira acção de sensibilização

ocorrerá no próximo Sábado, dia 25 de Outubro, pelas 10h, sendo o Ponto de Encontro na Praça do MFA no Centro de Almada, onde os responsáveis políticos do PSD estarão à disposição da comunicação social para apresentar a iniciativa. – CPS/Almada

Mulheres Sociais-Democratas lançam campanha solidária de Natal

A estrutura representativa das Mulheres Sociais-Democratas do PSD/Almada lançou uma campanha solidária de Natal para recolha de brinquedos, roupas, livros e outros artigos destinados a crianças a instituições de solidariedade do concelho.

Denominada “Mostre Solidariedade Dando”, esta campanha será feita a partir de hoje na sede concelhia do PSD em Almada, estendendo-se até ao dia 8 de Dezembro.

Segundo a coordenadora das Mulheres Social Democratas (MSD)

de Almada, Ana Moura, o número de instituições abrangidas pela campanha de Natal ainda não está definido, estando dependente da quantidade de artigos oferecidos pela população.

“Neste momento, temos apenas definida a entrega de artigos, a partir do dia 20 de Dezembro, à UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta”, local onde “as mulheres chegam na maior parte das vezes, com os filhos, só com a roupa do corpo”, disse à Lusa a responsável das MSD de Almada.

Ainda assim, Ana Moura referiu que as MSD deverão conseguir ajudar mais do que uma instituição de solidariedade social, uma vez existirem “cada vez mais pessoas com vontade de ajudar”.

As Mulheres Sociais-Democratas de Almada formaram-se em Fevereiro deste ano para fomentar a participação das mulheres na vida política e apostar na dinamização social do partido junto da sociedade civil do concelho.

Fonte: Lusa

Notícias de Aveiro

Ciclo de Conferências “Aveirenses Ilustres”

A Câmara Municipal de Aveiro informa-nos da realização da quarta sessão do Ciclo de Conferências “Aveirenses Ilustres” que terá lugar esta Quinta-feira, dia 6 de Novembro, das 18.30 às 19.30 horas, no Auditório do Museu da Cidade (Rua João Mendonça, 9/11).

O Aveirense Ilustre a homenagear será Francisco Manuel Homem, tendo sido convidado para palestrante Joaquim Correia.

Dando sequência ao anterior Ciclo de Conferências e servindo de introdução às comemorações dos 250 anos da elevação de Aveiro, decorre até 19 de Fevereiro, das 18h30 às 19h30, no auditório do Museu da Cidade, o segundo Ciclo de palestras sobre aveirenses ilustres. Com esta iniciativa à semelhança do primeiro Ciclo pretende a Câmara Municipal de Aveiro preservar a identidade e a memória colectiva do nosso povo, homenagear personalidades que, activamente, deram o seu contributo para o desenvolvimento socio-cultural e político-económico da região, valorizar a Historiografia Local e formar pedagogicamente públicos.

As palestras são quinzenais e na sua maioria são preparadas por investigadores e professores universitários que se dedicam ao estudo da temática. Associada à palestra evocativa decorre também uma pequena mostra de objectos ou literatura alusiva à individualidade evocada que estará patente durante 15 dias no espaço do Museu da Cidade.

Francisco Manuel Homem Cristo: Nasceu em Aveiro em 1860 e morreu nesta mesma cidade em 1943. De carácter impulsivo, de temperamento insubmisso, espírito intervencionista, combativo e rude e grande defensor de ideais democráticos e da instrução popular, iniciou a sua famosa carreira na imprensa com 17 anos, em O Trinta e, ainda jovem alferes, fundou o semanário Povo de Aveiro, de que foi durante mais de meio século, o único redactor e do qual veio a ser director. Génio na oratória, este notável aveirense foi panfletário e crítico, de prosa inconfundível, bem como oficial do exército, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, deputado da nação e jornalista, sendo considerado à época,

um dos maiores expoentes da vida cultural portuguesa. Este insigne destacou-se também pela sua acção enquanto presidente da Associação Comercial e Industrial de Aveiro e da Junta Autónoma da Ria e da Barra de Aveiro, onde exerceu uma acção notabilíssima a favor do ressurgimento

portuário, económico e comercial da região. Defensor de valores republicanos e das liberdades fundamentais, este ilustre chegou a pertencer ao Directório do Partido Republicano ainda durante a monarquia e fora eleito deputado pelo círculo eleitoral de Timor. Aquando da



Implantação da República, viu-se forçado ao exílio, havendo suspenso a publicação do seu semanário, que passou a editar, em Paris, sob o título “Povo de Aveiro” no Exílio. Deflagrada a Primeira Grande Guerra regressou ao país, e voltou a publicar em Aveiro o seu jornal com as mesmas características intrínsecas, mas agora designado por “O de Aveiro”.

Da sua vasta obra publicada, destaca-se: Para além da sua imensa obra panfletária e do semanário “O Povo de Aveiro”, jornal republicano de reputação nacional, Os Acontecimentos de 31 de Janeiro e a Minha Prisão; Pró-Pátria; Banditismo Político; a produção literária nos domínios da educação, da política e da ordem militar; bem como a sua importante colaboração na Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, no Guia de Portugal, de Raul Proença e nos jornais Diário de Notícias, Debates e O Século.

A este ilustre se deveu também uma brilhantíssima acção no campo da restauração da Diocese de Aveiro, da alfabetização nos quartéis, bem como no melhoramento da Barra de Aveiro.

“O Futuro da Avenida Dr. Lourenço Peixinho”

Nos próximos dias 6 e 7 de Novembro, no Auditório da Biblioteca Municipal de Aveiro realiza-se um seminário subordinado ao tema “O Futuro da Avenida Dr. Lourenço Peixinho”.

Marcando o arranque do Processo de Participação Pública sobre a Revitalização da Avenida Dr. Lourenço Peixinho, a Autarquia organiza o Seminário dedicado a esta “artéria histórica que justifica um célere e sério enobrecimento”, destaca o Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Élio Maia.

Com efeito, durante um dia e meio, a Avenida Dr. Lourenço Peixinho será o tema principal de discussão onde, numa perspectiva de qualificar e contribuir para uma participação pública mais qualificada e consequente, vários especialistas que abrangem as áreas da mobilidade, urbanismo, património, mercado imobiliário, dinamização comercial e ambiente, vão apresentar as suas ideias e sugestões.

Com organização deste Seminário, o Município pretende que seja um momento aberto ao debate e à participação de residentes, comerciantes e a todos os que trabalham ou fruem da Avenida, que consiste numa via estruturante para a cidade, uma peça fundamental no puzzle de espaços que a compõem. É possível recriar o que foi em tempos o orgulho da Cidade. O convite é feito a todos.

A Avenida continua a ocupar o lugar de destaque que sempre teve na memória dos aveirenses, apesar do prestígio que se lhe associava noutros tempos, ter vindo a esmorecer ao assistir às mudanças dos últimos

tempos. O espaço de exercício da cidadania dos Aveirenses que outrora esta Avenida assumia, já não corresponde às necessidades presentes.

O espaço público que dá forma à Avenida Dr. Lourenço Peixinho tem-se mostrado desajustado das necessidades do peão, cada vez mais exigente. A Avenida vê os seus edifícios serem ampliados sem o acompanhamento dos espaços indispensáveis a esse crescimento. Uma Avenida pouco apelativa tem resultado no decréscimo da quantidade e qualidade da oferta comercial. O Património Arquitectónico que subsiste não está valorizado.

Em suma, as correcções que foram

aparecendo parecem não ter sido suficientes e demonstram a urgência de uma intervenção global, com vista a fazer desta artéria um espaço urbano vivo. A renovação necessária exige regras claras, para a obtenção de um conjunto harmonioso. É necessário debatê-las e estabilizá-las para evitar mais esperas. É necessário tomar opções, tendo em conta a sustentabilidade de todo o conjunto, evitar as restrições excessivas para potenciar a qualidade da solução proposta não perdendo de vista o objectivo global.

Para que as hipóteses de sucesso da intervenção saiam reforçadas é preciso mobilizar a comunidade local de forma

a constituir um consenso sobre a forma como intervir. Entende-se porém, que uma participação produtiva só pode ser realizada por uma população informada. Acredita-se que a participação da população não consiste em apresentar uma estratégia previamente definida e decidida à comunidade. Participar não é sinónimo de assistir – participar significa “tomar parte em”, construir em conjunto. Para que a reabilitação não seja um processo para a comunidade, mas da comunidade, esta tem de ser parte activa em todas as fases da intervenção.

– CM Aveiro

Notícias de Braga

Distrital reafirmou apoio a Manuela Ferreira Leite e desmentido formal de “notícias especulativas”

A Distrital de Braga do PSD reafirmou, hoje, em comunicado, o seu apoio a Manuela Ferreira Leite, desmentindo o que considera ser “notícias especulativas, falaciosas e mal intencionadas” sobre a sua participação na procura de um novo líder.

O documento, subscrito pelo presidente da Comissão Política Distrital, Virgílio Costa, garante que o organismo “não tem qualquer envolvimento político ou de outra natureza que não seja de celebração e empenho da sua actual liderança”.

O comunicado surge após notícias surgidas na comunicação social nacional e local dando conta de que as distritais de Braga, Porto e Faro

estariam a preparar uma alternativa à líder do PSD, Manuela Ferreira Leite.

O PSD/Braga garante, “como sempre”, a lealdade do órgão a que preside para com a direcção actual do partido, e a sua “disponibilidade total para participar activamente em todos os desafios políticos e eleitorais que se colocam ao PSD e a Portugal!”. -

Fonte: Lusa

PSD inicia em Fradelos mobilização para Autárquicas 2009:

Ricardo Rio quer liderar projecto para todos os Bracarense

Decorreu ontem à noite, em

Fradelos, um jantar-convívio de apoio à candidatura de Ricardo Rio à Câmara Municipal de Braga em 2009, em que marcaram presença cerca de 170 participantes desta Freguesia e das Freguesias vizinhas (nomeadamente Tadam, Ruilhe, Priscos, Tebosa, Escudeiros, Guisande e Penso S. Vicente), abarcando autarcas e simpatizantes da candidatura da Coligação “Juntos por Braga”.

Esta iniciativa foi a primeira de uma série de encontros que o candidato da Coligação “Juntos por Braga” irá promover com os seus apoiantes dos vários pontos do Concelho, em convívios que tomam como principais destinatários os Grupos de Freguesias constituídos no seio do Gabinete Autárquico do PSD.

Desta feita, as intervenções políticas estiveram a cargo de Hugo Soares, Presidente da JSD, António Macedo Barbosa, ex-Presidente de Junta de Fradelos, membro da CPS do PSD de Braga e Coordenador deste Grupo de Freguesias e Ricardo Rio, vereador e candidato da Coligação “Juntos por Braga”.

Ricardo Rio apresenta 3 razões para a mudança: o passado, o presente e o futuro

Em resposta ao clima de entusiasmo, empenhado apoio e confiança na vitória com que foi recebido neste convívio, o líder da Coligação assumiu-se como o rosto de



um projecto que se destina a todos os Bracarenses, independentemente do seu espectro partidário, da sua idade ou residência, refutando que esta seja “uma luta das freguesias urbanas com as freguesias rurais”.

“A mudança que hoje se exige e perspectiva para Braga não é o sonho de um candidato, Partido ou Coligação, mas o anseio legítimo de todos quantos querem dar a Braga a liderança que ela merece no desenvolvimento, na qualidade de vida da população e na dinâmica da sua sociedade civil”, afirmou o líder do PSD de Braga.

Reconhecendo que “Fradelos é uma das freguesias mais desenvolvidas do concelho apesar de não alinhar partidariamente com a Câmara”, Ricardo Rio agradeceu e saudou o trabalho dos vários Executivos desta Junta de Freguesia, na pessoa do actual Presidente, João Carlos Martins, e do anterior, António Macedo Barbosa, a quem dirigiu uma mensagem de especial reconhecimento pelo seu contributo para o sucesso da candidatura da Coligação.

“Braga precisa de pessoas que não meçam o esforço necessário para resolver os problemas dos seus concidadãos e que estejam permanentemente disponíveis para lutar pelas aspirações daqueles que os elegeram”, endossando também uma saudação especial ao Presidente da Junta de Freguesia de Priscos, igualmente presente neste jantar, e destacando a importância do exemplo de boa gestão autárquica que estas Freguesias davam para as localidades vizinhas.

Pondo “Braga em primeiro lugar” Ricardo Rio lançou o desafio: “ninguém pode pôr em causa que os 33 anos de mandato de Mesquita Machado contribuíram para a melhoria dos níveis de vida das Freguesias rurais do Concelho” mas, perguntou: “-O que faria qualquer outro no seu lugar? Como estaria Braga hoje se tivesse um outro Presidente tantos anos em funções?”.

Para o Vereador Social Democrata, o balanço é negativo, considerando que o legado deixado pela maioria socialista é insuficiente para os recursos e tempo de que dispôs à frente dos destinos da Autarquia.

Perspectivando as próximas eleições, reclamou para a CMB um líder que tenha os olhos postos no futuro e não alguém que reclame os louros de um passado de duvidoso crédito.

Constatando as falhas sistemáticas e negligentes da actual gestão municipal, quer no campo social, quer no acesso à cultura, ou ainda na política de habitação ou até na mera criação de espaços de fruição e lazer, o esgotamento do modelo autárquico socialista vê-se claramente, donde a energia dos actuais responsáveis do Município só pode dar-se como esgotada. “É hoje claro que, para o Eng. Mesquita Machado, governar Braga, responder aos problemas de cada uma das pessoas, é um fardo e um exercício pouco motivador. Ora



nós, como bons cidadãos, temos de lhe tirar esse fardo dos ombros”.

Mas, sustentou, “aquilo que vai motivar os Bracarenses a apostarem num projecto de ruptura com o passado e o presente é a perspectiva de um outro modelo de gestão municipal – mais próximo das pessoas e das instituições -, a assunção de novas prioridades, a concretização de projectos há muito ansiados, a visão estratégica de uma Braga maior e melhor para todos”.

“É, no fundo, saberem que à frente da Câmara Municipal estará alguém que olha para a realidade das freguesias e que, perante as graves carências sociais, a falta de apoio à população idosa, a falta de equipamentos de lazer para as crianças, as lacunas na educação ou cultura, a ausência de oportunidades de emprego para os jovens e não só, não acha que a

prioridade é investir meio milhão de Euros na colocação de um piso sintético num campo de futebol”, concluiu.

Hugo Soares e Macedo Barbosa convictos da mudança

Contra uma Câmara anacrónica, Hugo Soares foi peremptório “Seja contra quem for, para Braga chegou a hora de mudar”.

Claro nas prioridades falhadas do actual Executivo, asseverou “É preciso pôr ordem na construção em Braga, é urgente dinamizar o arrendamento jovem para redinamizar o centro histórico”. A problemática da habitação nas freguesias rurais, em que a Câmara insiste no já costumeiro “lavar de mãos” foi também abordada: “Temos hoje uma autarquia que nega

aos jovens o simples desejo de viver nas suas freguesias de origem”.

Um vazio de acção e ideias que se repete na cultura, onde o líder da JSD considera “inadmissível que os jovens não usufruam de descontos nos acessos aos bens culturais, nomeadamente aos espectáculos no Teatro Circo”.

Com uma “gestão autárquica que vive de costas voltadas para os jovens, ignorando problemas sociais tão graves como o do desemprego “urge acreditar, urge refrescar, é essencial acreditar”.

Já o Deputado Municipal António Macedo Barbosa destacou a elevada adesão de militantes e simpatizantes das freguesias presentes, assegurando que ali “começou a onda que há-de crescer até à vitória final em Outubro de 2009”.

Garantindo que se “sente a mudança em todo o concelho”, desafiou todos, os presentes e “os que se hão-de juntar certamente” a “reconhecerem o clima de renovação corporizado por Ricardo Rio” e a “juntarem-se no caminho para uma Braga melhor”.

O Ex-Presidente da Junta de Freguesia de Fradelos e membro da Comissão Política do PSD de Braga fez questão de frisar que “é com especial satisfação que se trabalha com alguém com o valor e a postura de Ricardo Rio” e que se acompanha diariamente “o seu entusiasmo, a sua criatividade e inteligência na identificação de soluções para termos uma Braga de que todos nos vamos orgulhar”.

- Gabinete Autárquico do PSD de Braga

Notícias de Lisboa

“Outdoor” da Distrital do PSD contesta a expansão do terminal de contentores de Alcântara



A distrital de Lisboa do PSD coloca sábado um “outdoor” de contestação à expansão do terminal de contentores de Alcântara, com uma “montagem gráfica” que simula a barreira entre a cidade e o Tejo.

O cartaz terá uma imagem que “antecipa o cenário pós-alargamento

do terminal de contentores, transmitindo a ideia de uma barreira frente ao Tejo”, disse à Lusa António Prôa, da distrital social-democrata.

“Não deixes que te roubem o rio”, é o slogan do cartaz, acrescentou o dirigente.

O grupo parlamentar do PSD na Assembleia da República pediu a apreciação do decreto-lei, que alterou as bases da concessão da exploração do terminal de contentores, aprovado em Conselho de Ministros a 23 de Setembro.

A expansão do terminal está a ser contestada por um movimento de cidadãos, que entregou hoje na Assembleia da República uma petição pedindo a revogação do decreto-lei.

O diploma alarga a concessão do terminal à empresa Liscont, detida maioritariamente pela Mota-Engil, até

2042, com a triplicação da capacidade da infra-estrutura para receber contentores.

Além da extensão da concessão, sem concurso público, o movimento contesta o impacto visual do terminal, alegando que constituirá uma barreira entre a cidade e o rio Tejo.

O projecto de expansão do terminal prevê que a capacidade passe de 340.000 para 900.000 contentores/ano e inclui a demolição do actual edifício administrativo da Liscont, dos edifícios entre a vedação Norte do terminal e a Doca do Espanhol e de outros espaços (a poente do topo de Doca), o prolongamento do cais do terminal para montante (cerca de 500 metros) e a construção de uma plataforma de manobra e descarga de composições ferroviárias.

- Fonte: Lusa

Notícias de Santarém

Distrital denuncia “significativo aumento” do desemprego na região

A Distrital de Santarém do PSD lamentou hoje, em comunicado, o “significativo aumento” do desemprego na região, referindo os 327 novos inscritos nos centros de emprego do distrito em Setembro, mais 12,4 por cento relativamente a Setembro de 2007.

No final de Setembro “havia um acréscimo de um por cento quando em comparação com o período homólogo de 2007”, afirma o comunicado resultante de uma reunião da Comissão Política Distrital com todas as concelhias, a JSD, os trabalhadores e os autarcas sociais-democratas.

Para os sociais-democratas, quaisquer que sejam os indicadores oficiais, “a realidade desmente o discurso oficial”, pois “há mais desemprego e, infelizmente, a sua tendência é para o crescimento”.

Afirmando que a promessa do Governo de criação de 150.000 novos empregos “não tem qualquer significado nem qualquer aplicação” na região, a Distrital do PSD lamenta o anúncio de “projectos atrás de projectos” apresentados como “geradores de muito emprego” quando a realidade é a do crescimento do desemprego, “apenas atenuado pela geração de emprego que muitas micro e pequenas e médias empresas ainda vão conseguindo”.

“São estas empresas que têm suportado a economia da região e do país”, afirma o comunicado. – **CPD Santarém**



Notícias de Vila do Conde

Eleitos PSD na Assembleia Municipal vão apresentar moção de censura ao executivo municipal



O PSD/Vila do Conde anunciou hoje a intenção de apresentar uma moção de censura ao executivo municipal, liderado pelo socialista Mário de Almeida, na sequência do encerramento dos serviços de urgência naquele concelho do litoral norte do país.

“A forma como o presidente da câmara geriu este episódio da urgência hospitalar de Vila do Conde é de tal modo criticável que o PSD vai apresentar uma moção de censura na próxima Assembleia Municipal”, refere o PSD, num

comunicado enviado à Informação.

A posição dos social-democratas surge depois da ministra da Saúde, Ana Jorge, ter assinado sexta-feira o despacho que encerra os serviços de urgência de Vila do Conde, segundo revelou à Lusa o presidente do PSD local, Pedro Brás Marques.

O PSD/Vila do Conde acusa o presidente da autarquia de ter sido “o principal aliado do governo”, frisando que Mário de Almeida “assinou documentos, demitiu-se de qualquer protesto e encenou uma peça de teatro para justificar o encerramento”.

“Este comportamento absolutamente subserviente com o governo prejudica Vila do Conde”, consideram os social-democratas.

No comunicado enviado, recorda-se que, a 28 de Fevereiro de 2007, Mário de Almeida afirmou numa reunião da Assembleia Municipal que “jamais” concordaria com o encerramento dos serviços de urgência no concelho.

Para o PSD/Vila do Conde, “é absolutamente inadmissível que um concelho de 75 mil habitantes fique sem serviço de urgência e que esses 75 mil habitantes tenham que se deslocar a um concelho vizinho, de 55 mil habitantes, para serem atendidos em situação de urgência”.

A 24 de Outubro, a Câmara de Vila do Conde e a Administração Regional de Saúde do Norte, no final de uma reunião para analisar os movimentos na urgência hospitalar, concluíram que “existe um decréscimo na procura”.

No dia anterior, Mário de Almeida tinha admitido, em declarações à Lusa, que o serviço de urgência poderia ser encerrado até ao final deste ano.

Com o encerramento da urgência nocturna, Vila do Conde passará a contar com uma ambulância dotada de suporte imediato de vida, com um paramédico e um enfermeiro, que transportará os doentes para o Hospital da Póvoa de Varzim ou, nos casos mais graves, para o Hospital Pedro Hispano, em Matosinhos. –

Fontes: Lusa, RDP Antena 1

Uma legislatura inteira a penalizar o Algarve



A Comissão Política Distrital do PSD/Algarve esteve reunida para debater e analisar as consequências para o Algarve da proposta de Orçamento do Estado para 2009, actualmente em discussão na Assembleia da República.

Remetendo para o Grupo Parlamentar do PSD a posição sobre as questões macro-económicas e financeiras, designadamente em matéria de propostas concretas de estímulo à economia e ao apoio às PME's e às classes mais desfavorecidas, o PSD/Algarve cingiu-se àquilo que interessa mais directamente à Região, ou seja, o impacto da política de investimentos públicos prevista.

No final da reunião, o presidente do PSD/Algarve, o deputado Mendes Bota, produziu a declaração pública que a seguir se divulga:

“A proposta de Orçamento do Estado para 2009, confirma na plenitude o que temos vindo de forma consistente e sustentada a denunciar ao

longo dos últimos três anos. O actual governo prepara-se para encerrar uma legislatura inteira sem ter lançado, construído ou concluído, uma única obra estruturante para o Algarve, financiada com fundos públicos, ou seja, com os impostos que generosamente a região coloca nos cofres do Estado ano após ano.

A construção da barragem de Odelouca, que lá se vai arrastando, é financiada com recurso a um empréstimo bancário, logo, será paga pelos algarvios na factura futura da água. E as anunciadas obras de construção do Hospital Central do Algarve e de requalificação da EN 125, não passaram até agora das operações de propaganda, com tendas, “Power Point” e muito marketing político.

Continuam a fazer-se estudos, e as engenharias financeiras baseiam-se em parcerias público-privadas, com recurso ao crédito bancário. Na actual conjuntura de gravíssima crise

internacional do sistema financeiro, temos sérias razões para duvidar de que existam condições para assegurar a folha de pagamentos dessas parcerias, ainda durante a presente legislatura.

O que sobra, é uma mão cheia de nada, com meia dúzia de obras de dimensão local, e outras dotadas de verbas simbólicas para justificar um parágrafo aberto na lista do célebre PIDDAC.

Existe um vazio orçamental inaceitável para as autarquias mais desfavorecidas e com grandes áreas de interior. Trata-se de uma opção política condenável, que penaliza Alcoutim, Castro Marim, S. Brás de Alportel,

Silves, Monchique, Aljezur, Vila do Bispo.

No meio desta penúria de meios orçamentais, ainda existe uma discriminação política demasiado evidente, em favor de autarquias de cor socialista, como Faro, Portimão e Lagos, relativamente a todas as outras.

O PIDDAC para 2009, previsto para o Algarve, ronda os 99,9 milhões de Euros. Bateu-se no fundo em 2008, e no fundo continuará o Algarve em 2009. Para se ter uma ideia da rampa descendente para onde o actual governo tem empurrado o Algarve, basta referir que o PIDDAC do ano 2005 foi de 262,2 milhões de Euros. Ou seja, o Algarve tem vindo a perder investimento público ano após ano (ver Anexo). E a comparação com 2002 (333,7 Milhões de Euros), ainda é mais chocante.

Num PIDDAC nacional de 4.061 milhões de Euros, o que representam 99,9 milhões de Euros? 2,4%! Por este caminho, não se verá uma linha de esperança para o IC27 Alcoutim-Beja, o IC4 Lagos-Sines, a ponte sobre o Guadiana Alcoutim-Sanlucar, a modernização da rede ferroviária do Algarve e da Lisboa, o Metro de Superfície Loulé-Faro-Olhão e Portimão-Lagos, a ligação ferroviária a Espanha compatível com a Alta Velocidade, o Porto de Cruzeiros de Portimão, os melhoramentos nos Portos de Faro, Olhão, Lagos, Baleeira e Portimão, a navegabilidade do Guadiana e do Arade, a Plataforma Logística do Algarve, o Pavilhão Multiusos e Centro de Congressos do Algarve, e muito muitos outros



investimentos necessários.

Por culpa de uma péssima negociação com a União Europeia, o Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), traduziu-se para o Algarve, no período que vai de 2007 a 2012, numa perda que será sempre muito superior a 600 milhões de Euros em fundos comunitários, comparativamente ao anterior Quadro Comunitário de Apoio III. Seguras, apenas estão as verbas do FEDER, que as do FEADER não são regionalizadas,

e nada se pode garantir sobre o que acontecerá com o Algarve.

Seria de esperar, como fizeram os governos de outras regiões que deixaram de pertencer ao chamado Objectivo 1, que fossem previstos mecanismos orçamentais nacionais para compensar esta redução brutal dos fluxos financeiros que beneficiavam a Região do Algarve.

O Algarve tem sido abusado, e continua a ser abusado, de uma forma violenta, sob o ponto de vista do retorno

mínimo de investimento público de que a região carece.

Não há forma de iludir a realidade. O Algarve está a ser esbulhado da riqueza que produz. As grandes superfícies comerciais e o próprio Estado, encarregam-se de drenar da Região para fora a liquidez gerada pela actividade económica da Região, em cada dia que passa.

Este modelo de organização política e económica do Estado, é ruinoso para o Algarve. Só avançando no caminho de

uma maior descentralização e democracia regional, poderá a Região libertar-se deste espartilho que atrofia a comunidade algarvia.

A Regionalização é o caminho. Lamentavelmente, há por cá quem saiba tudo isto, há quem veja tudo isto, mas faz do silêncio uma arma ao serviço de interesses que estão nos antípodas da Região do Algarve. Ou, pior do que isso, tenta denegrir aqueles que lutam pela Regionalização.” - *Comissão Política Distrital do PSD*

PIDDAC: mais uma decepção (socialista) para o Alto Minho

Na sua última reunião, a Comissão Política Distrital do Partido Social Democrata de Viana do Castelo, depois de proceder a uma análise cuidada do Plano de Investimentos e Despesas da Administração Central (PIDDAC) para o Alto Minho no próximo ano, deliberou tornar pública a seguinte tomada de posição:

1. Lamentar que o Governo socialista atire, mais uma vez, o Alto Minho para o fundo da tabela no que diz respeito ao investimento da Administração Central. Apesar de sermos o 11.º Distrito do País em termos de população, ao nível do PIDDAC fomos relegados para a 16.ª posição, com um investimento *per capita* que se fica pela metade da média nacional. Ou seja, a cada cidadão do Alto Minho cabem apenas 169 euros, enquanto a média do resto dos habitantes do país é de 325 euros.

2. Esta situação é tanto mais grave e inadmissível quanto é verdade que, desde que o Partido Socialista chegou ao poder, as verbas do PIDDAC para o Alto Minho têm vindo sempre a diminuir. Em 2003, no tempo em que o PSD liderava o Governo, o Distrito recebeu de investimento 434 euros por habitante, enquanto que, para o próximo ano, estão inscritos apenas 169 euros. Trata-se de uma quebra insustentável de 61% e isto sem considerarmos o intervalo de tempo de seis anos e as taxas de inflação entretanto verificadas.

3. O despudor e a falta de respeito do Governo Socialista chega mesmo a raiar o insulto como acontece, por exemplo, com os concelhos de Valença e de Caminha que têm inscrita uma verba de apenas 7 mil e 8 mil euros, respectivamente.

4. O PS continua a tratar o Alto Minho com total desprezo e uma



profunda insensibilidade para com os legítimos anseios da sua população. Estamos perante uma situação inaceitável e atentatória da coesão nacional, reveladora de uma política sem a mínima preocupação com uma visão estratégica do País que privilegie um desenvolvimento solidário e sustentado de todo o território nacional.

Infelizmente, esta postura altamente lesiva dos interesses do Alto Minho é já uma tradição do actual Governo socialista. Apesar de o Distrito de Viana do Castelo ser dos mais carenciados em termos de investimentos potenciadores de criação de riqueza e da melhoria da qualidade de vida, a Administração Central tem-no relegado, sistematicamente, para os últimos

lugares e o PIDDAC do próximo ano é mais um lamentável capítulo da forma miserável como tratam a nossa região.

5. Esta situação confrangedora ilustra também a falta de peso político e de protagonismo dos deputados do Partido Socialista eleitos pelo Círculo de Viana do Castelo, assim como dos autarcas socialistas do Distrito. Ao pactuarem com esta ninharia para o Alto Minho, mostram um total alheamento dos nossos problemas e uma subserviência inaceitável, para além de revelarem uma preocupante incapacidade para defenderem os interesses dos cidadãos que os elegeram. É que, mais uma vez, o distrito de Viana do Castelo recebe muito menos do que outros distritos

com igual importância, ficando apenas com pequenos investimentos nas áreas da saúde e da segurança social. E quanto a obras como a dos acessos ao porto de mar de Viana do Castelo, esta já estava prevista há muito tempo.

Afinal, o Plano de Investimentos e Despesas da Administração Central (PIDDAC) para o ano de 2009, no Alto Minho, não é mais do que “uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma”.

Definitivamente, não é desta forma de fazer política que o Alto Minho precisa.

- CPD Viana do Castelo

PORTUGAL EM CRISE

A crise financeira mundial afectou as economias de muitos países, designadamente a de Portugal.

Nesta conformidade, as medidas correctivas tomadas pelo Governo, em consonância com a União Europeia, são indispensáveis para atenuar as consequências da presente crise.

Dentro destas medidas, o aumento do Salário Mínimo Nacional de 426 para 450 euros, acordado na Concertação Social para entrar em vigor em 1 de Janeiro de 2009, é fundamental.

No entanto, é igualmente necessário dar todo o apoio possível às PME's de modo a evitar que este pequeno aumento salarial (24 euros) tenha consequências a nível de emprego.

Relembra-se também que os pagamentos atempados do Estado às PME's e a não recolha de impostos antecipados antes da boa e efectiva cobrança são medidas necessárias para acorrer às dificuldades de tesouraria nas empresas.

Só assim se podem minorar de algum modo os efeitos nefastos da presente conjuntura.

EDUCAÇÃO

Foi com enorme espanto que tomámos conhecimento que a Comissão Nacional de Educação propôs que até aos 12 anos os alunos nunca fossem "chumbados".

Quer isto dizer que sabendo ou não sabendo, faltando às aulas ou não faltando, os alunos até aos 12 anos passariam sempre de ano.

O actual facilitismo dos Exames Nacionais pode apresentar bons resultados nas estatísticas, mas não contribui de modo algum para o saber dos estudantes que chegam, por vezes, à Universidade sem conhecerem os ensinamentos mais básicos.

A continuarem estes procedimentos estaremos na presença de uma gigantesca fraude de imprevisíveis consequências.

O Ensino tem de ser eficaz, actual e completo, pois só assim podemos dotar as gerações futuras dos meios indispensáveis para singrar na vida.

- Gabinete de Estudos dos Estudos TSD/AML

Comunicado

Salário Mínimo Nacional

O anúncio da actualização do Salário Mínimo Nacional (SMN) para € 450, para o próximo ano de 2009, feito pelo Primeiro-Ministro, está a gerar certa polémica.

Para os TSD, esta **actualização é normal e justa**, porque em finais do ano passado, quando o Governo anunciou o montante de € 426 para 2008, declarou que em 2009 o SMN seria fixado em € 450.

Também é normal, porque resulta do acordo obtido em 2006 na Concertação Social, entre o Governo e os Parceiros Sociais, no qual ficou definido que o SMN atingiria € 500 em 2011.

Ou seja, o anúncio agora feito pelo Primeiro-Ministro não tem nada de novo, porque já tinha sido anunciado e porque era o resultado do compromisso na Concertação Social.

Mas o Primeiro-Ministro, à falta de ideias novas, aproveitou a entrevista e, sem primeiro reunir com os Parceiros Sociais para a decisão ser transmitida como uma vontade de todos, preferiu colocar-se sozinho no palco.

Entretanto, algumas entidades empresariais têm alertado para os riscos desse aumento do SMN poder pôr em causa a viabilidade de algumas empresas e sectores de actividade.

Os TSD, embora compreendendo a insatisfação dos empresários pelo facto do Primeiro-Ministro anunciar publicamente esse aumento sem previamente haver uma reunião institucional com os parceiros sociais, **não aceitam essas críticas**.

Os TSD têm plena consciência da importância que as micro, pequenas e médias empresas têm para a economia do País, bem como o seu papel insubstituível e vital para criar riqueza e sobretudo para gerar emprego e, por isso, censuram o desprezo a que o Governo tem votado este segmento da nossa economia real.

E se José Sócrates nada fizer de concreto para evitar o agravamento dos problemas com que especialmente as PME's se debatem, sobre ele recairá a responsabilidade das consequências que daí advierem sobretudo ao nível do aumento do desemprego.

Mas com a mesma clareza e coerência, os TSD consideram que não é pelo aumento do SMN de € 24 mensais por trabalhador, 80 cêntimos por dia, que as empresas vão ter agravadas as suas dificuldades de modo intransponível.

Caminhar-se para um SMN com dignidade, que hoje ainda não tem, é uma meta que o País deve assumir com naturalidade porque, com as exigências da vida actual, nenhuma pessoa nem nenhuma família podem viver com um mínimo de dignidade com € 450 mensais.

É neste quadro que os TSD esperam que o compromisso da Concertação Social seja honrado por todas as partes, que o Governo respeite os parceiros sociais em todas as circunstâncias e que não invoque a concertação social só quando lhe convém e lhe dá jeito político.

Os TSD estranham, de resto, que o Governo não convoque o Conselho Permanente de Concertação Social para debater os problemas que hoje afligem o País, no domínio financeiro e económico. Ignorar os parceiros sociais num quadro de dificuldades como o actual, é incompreensível e revela bem a visão "utilitária" que José Sócrates tem da Concertação Social. - O Secretariado Executivo

COLÓQUIO "OS JOVENS E O TRABALHO, QUE FUTURO?"

Numa acção conjunta entre os Trabalhadores Social Democratas (TSD) e a Juventude Social Democrata (JSD) terá lugar no sábado dia 8 de Novembro, pelas 15 horas, no auditório da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo sita no Campus da Penha, o colóquio intitulado "Os Jovens e o Trabalho: Que futuro?"

Trata-se de uma iniciativa que pretende debater um dos problemas comuns aos trabalhadores e aos jovens - O TRABALHO. Para o efeito foram convidados: João Neves (técnico Superior do IEFPP); Armindo Monteiro (presidente nacional da ANJE); Ilídio Mestre (prof. universitário); Maria da Conceição Silva (empresária local - Quinta do Freixo); Pedro Rodrigues (presidente nacional da JSD); Arménio Santos (presidente nacional dos TSD e deputado na Assembleia da República) e José Mendes Bota (presidente do PSD/Algarve e deputado à Assembleia da República).

-TSD e JSD

Proposta elaborada pela Comissão Política da JSD de Algés / Carnaxide



Comemoram-se, no próximo ano, os 250 anos da atribuição do Foral e consequente criação do Concelho de Oeiras.

A Juventude Social-Democrata (JSD) da Secção de Algés lançou o desafio aos jovens militantes desta organização, para proporem iniciativas que possam vir a ser incorporadas nas comemorações oficiais.

Desse desafio, resultou o documento “25 Propostas para os 250 Anos do Concelho de Oeiras” (em anexo), no qual se apontam vinte e cinco iniciativas nas áreas da educação, da cultura, do desporto, do ambiente e da investigação e desenvolvimento, entre outras.

O documento foi entregue pela Presidente da JSD Algés, Susana Santos, ao Presidente da Câmara Municipal tendo aí ficado a garantia de que seria objecto de consideração pela Comissão Organizadora dos 250 Anos do Concelho de Oeiras.

Para informações adicionais, contactar Susana Santos, Presidente da Comissão Política da JSD Algés, através do número 917113014 ou do e-mail shcsantos@gmail.com.

Introdução

No âmbito dos 250 anos da constituição do Concelho de Oeiras de acordo com o estipulado na Carta Régia de 13 de Julho de 1759, a Câmara Municipal de Oeiras prepara as suas actividades de comemoração de tão célebre data.

Neste sentido, a Comissão Política da JSD Algés/Carnaxide no cumprimento dos seus deveres, vem por este meio apresentar à Comissão Organizadora das iniciativas de Comemoração da referida efeméride, 25 propostas especialmente direccionadas para a Juventude do Concelho de Oeiras para a Comemoração dos 250 anos.

Sistematizaremos a apresentação das propostas agrupando-as em áreas temáticas: Educação, Oeiras na Rua para os Oeirenses, Cultura, Desporto, Ambiente, e Investigação e Desenvolvimento.

Apresentamos seguidamente as propostas de iniciativas por áreas temáticas.

I. Educação

1. - Cartas de Parabéns para Oeiras

As Escolas do Ensino Básico do 1º e do 2º Ciclos de Escolaridade de Oeiras lançam aos seus alunos o desafio criativo de escrever Cartas de Parabéns para Oeiras. Seria criado um Mega Marco do Correio em local emblemático e todos os alunos colocariam as suas Cartas de Parabéns ao seu Concelho. As melhores cartas seriam divulgadas pelos meios de comunicação do Concelho e seriam expostas conjuntamente com outras exposições que envolvam os agentes educativos do Concelho.

2. - História de Oeiras vai à Escola

Todas as Escolas do 2º e 3º Ciclo do Concelho de Oeiras deverão envolver-se em trabalhos de âmbito curricular ou extra-curricular sobre o tema “Oeiras, 250 anos de História”.

Os trabalhos deverão depois ser expostos simultaneamente de forma a que todas as Escolas partilhem as experiências e aprendizagens que fizeram sobre a História do Concelho.

3. – Parque Temático Marquês de Pombal

É lugar comum dizer-se que as crianças são o nosso futuro. Os estudos recentemente realizados evidenciam que as crianças de Oeiras são mais felizes e têm melhores condições de vida do que a maioria das crianças dos Concelhos vizinhos. Neste sentido, é importante desenvolver-se também uma iniciativa especialmente vocacionada para as crianças.

Propõe-se assim que seja criado um Parque Temático temporário (durante Maio e Junho de 2009) na zona Ribeirinha de Algés especialmente direccionado para as personagens míticas e mais emblemáticas de Oeiras e que são homenageadas na comemoração dos 250 anos do Concelho.

Seria então criado um parque temático alusivo ao Marquês de Pombal, que recrie ao máximo a sua época histórica. Além de contar com uma vasta oferta de divertimentos (como insufláveis, carroséis, entre outros), seriam ainda incluídas actividades lúdico-pedagógicas como pequenas peças de teatro, desfiles de moda para crianças com trajes típicos da época do Marquês de Pombal, passeios de cavalos e coches, venda de artigos alusivos à época, entre tantas outras actividades.

II. Oeiras na Rua para os Oeirenses

4. - Mega Desfile “Servimos Oeiras”

No dia do Município propõe-se a realização de um Mega Desfile sob o tema “Servimos Oeiras” no qual participem todas as instituições de serviço à comunidade Oeirense nesta data de comemoração dos 250 anos, como por exemplo: Associações de Moradores, Associações e Colectividades Desportivas, Bandas Filarmónicas, Escuteiros, Associações Recreativas, Instituições Autárquicas – Câmara Municipal de Oeiras e SMAS -, Santa Casa da Misericórdia de Oeiras, Juventudes Partidárias e Partidos Políticos, Associações Juvenis,

Grupos Corais, Grupos de Teatro, entre tantas outras. Todas as entidades representadas no Desfile levariam as suas bandeiras, estandartes e poderiam durante o desfile fazer mostras das actividades que os caracterizam.

Seria um momento de confraternização entre todas as entidades que, de uma forma ou de outra, servem a comunidade Oeirense, e que reportam a magnitude do envolvimento comunitário que está patente nos actuais 250 anos do Concelho.

5. - 250 anos de Oeiras Online

Criação, animação e manutenção de diversos sites na Internet sobre Oeiras, com notícias, história, fóruns de debate, agenda das comemorações e diário de bordo sobre as iniciativas promovidas durante os 365 dias da comemoração dos 250 anos do Concelho. Esta seria a plataforma privilegiada de comunicação entre a Comissão das Comemorações e os Municípios Oeirenses.

6. - OeirasTube

Os Oeirenses são privilegiados em muitas das potencialidades que têm e que contribuem fortemente para uma melhor qualidade de vida. No site da Internet especialmente dedicado aos 250 anos do Concelho de Oeiras, propõe-se a criação de um canal “OeirasTube” que terá como objectivo fazer a divulgação de pequenos documentários realizados pelos Oeirenses, sobre o seu quotidiano, sobre a sua forma de viver em Oeiras, sobre a sua visão de Oeiras.

7. - Bandeira de Oeiras e Hino de Oeiras para todos os Oeirenses

A bandeira e o hino de Oeiras são dois símbolos emblemáticos do nosso Concelho e que não são ainda suficientemente conhecidos para todos os municípios. Propõe-se para a comemoração dos 250 anos do Concelho a distribuição a todos os municípios de uma bandeira do Concelho de Oeiras e um CD com o hino de Oeiras.

Esta iniciativa possibilita ainda que sejam promovidos os símbolos de Oeiras, distribuídos através de diversas “recordações”.

8. - 250 anos depois... Oeiras ainda mais bonita

“Antes” e “Depois” são ferramentas facilitadoras de promoção do desenvolvimento do Concelho no aniversário dos seus 250 anos. Todo o Concelho deveria ser invadido por uma campanha de divulgação histórica da evolução cultural e de infra-estruturas do Concelho. Nas principais obras do Concelho, como por exemplo, o TagusPark, Lagoas Parque, o Parque dos Poetas, o Porto de Recreio, entre tantas outras, seriam colocados marcos promotores do investimento realizado no local, colocando imagens do antes e do depois.

9. - Oeiras Acolhe - Gastronomia de Oeiras – Encontro Gastronómico entre as comunidades residentes no Concelho de Oeiras

A erradicação das barracas no Concelho de Oeiras foi uma das principais marcas distintivas de Oeiras durante os 250 anos que passaram. A atribuição de habitação social foi depois também bandeira do Concelho de Oeiras. 250 anos depois, Oeiras é um Concelho multicultural e exemplar nos padrões de convivência comunitária que exhibe.

Neste sentido, propõe-se que se promovam um conjunto de actividades que assinalam a erradicação das barracas e as condições de convivência social que são hoje proporcionadas nos bairros sociais. A comunidade multicultural de Oeiras está hoje socialmente incluída e essa é uma das principais marcas dos 250 anos do Concelho de Oeiras. Propõe-se a concretização de um conjunto de actividades sob o lema “Oeiras Acolhe”, que tenha como principal objectivo promover a comunidade multicultural em sociedade.

Uma dessas propostas recai sobre a organização de um evento sobre Gastronomia de Oeiras. Como Concelho multicultural e de encontro entre comunidades, Oeiras é também um exemplo na promoção da vivência multicultural em comunidade. A gastronomia é uma marca cultural importante e promotora de confluências culturais. Organizar um evento de partilha de especialidades gastronómicas típicas das comunidades residentes no Concelho de Oeiras é dar uma prova de como a diversidade é promovida e partilhada.

10. - 250 anos de Oeiras com Flores

Promover um Concurso de Varandas Floridas a todos os habitantes / empresas do Concelho de Oeiras que disponham de uma varanda. Esta é uma metodologia para envolver efectivamente a população no embelezamento do Concelho, tornando-o hipoteticamente até no mais florido do País, e fomentando a participação activa e simples de todos os Oeirenses na comemoração dos 250 anos do Concelho de Oeiras.

III. Cultura

11. - SATU: Exposição Viva dos 250 anos de Oeiras

O SATU é uma das principais obras emblemáticas do Concelho de Oeiras. A proposta incide sobre o desenvolvimento do SATU como um local de exposição viva dos 250 anos de Oeiras. A exposição incluiria um cronograma com os principais marcos históricos de desenvolvimento do Concelho ao longo dos últimos 250 anos.

Esta seria uma forma inovadora de criar um espaço de exposição com mobilidade, e os Oeirenses poderiam visitar uma exposição sobre a evolução do Concelho de Oeiras nos últimos 250 anos enquanto desfrutam de uma viagem neste meio de transporte alternativo.

12. - Escrever Oeiras – Concurso Literário para Jovens Municipais de Oeiras. “Escrever os 250 anos de Oeiras”.

Os 250 anos do Concelho de Oeiras são um importante marco histórico e envolver os jovens Oeirenses num trabalho de pesquisa sobre a evolução e desenvolvimento do seu Concelho. Neste sentido, propõe-se a promoção de um concurso literário para os jovens Oeirenses.

Este tem como objectivo de: a) criar e/ou consolidar hábitos de leitura; b) criar e/ou consolidar hábitos de escrita; c) promover a escrita criativa/valorizar a expressão literária; d) valorizar a Cultura Oeirense. Este concurso destina-se a promover e a consolidar hábitos de leitura e de escrita criativa, através de uma actividade que estimule um envolvimento efectivo da população com os 250 anos do Concelho. O tema dos trabalhos a concurso é livre sendo que todos deverão fazer uma alusão aos 250 anos do Concelho de Oeiras (lugares, personalidades, características...). Qualquer referência aos 250 anos do Concelho de Oeiras é válida e poderá ser de várias naturezas ficando ao critério do/a autor/a do trabalho, e valorizando-se a criatividade. O Concurso Literário “Escrever os 250 anos de Oeiras” apresenta duas modalidades de participação: prosa e poesia, e destina-se a jovens municipais do Concelho de Oeiras com idades compreendidas entre os 15 e 30 anos de idade, organizados em dois escalões etários.

13. - 250 Imagens de Oeiras – Concurso de Fotografia de Oeiras para Jovens Municipais

Desenvolver um concurso de fotografia para os Jovens Municipais do Concelho. Este concurso destina-se a promover os locais mais emblemáticos do Concelho e as técnicas de fotografia criativa, através de uma actividade que estimule um envolvimento efectivo da população. O tema dos trabalhos a concurso é livre sendo que todos deverão fazer uma alusão aos 250 anos do Concelho de Oeiras (lugares, personalidades, características...). Qualquer referência aos 250 anos do Concelho de Oeiras é válida e poderá ser de várias naturezas ficando ao critério do/a autor/a do trabalho, e valorizando-se a criatividade. Este concurso destina-se a jovens municipais do Concelho de Oeiras com idades compreendidas entre os 15 e 30 anos de idade, organizados em dois escalões etários.

14. - Oeiras sobe ao Palco

Criar uma peça de teatro cuja temática seja a evolução história do Concelho de Oeiras, fazendo jus às personalidades mais emblemáticas do Concelho, às evoluções históricas, culturais e de infra-estruturas de que foi alvo nos últimos 250 anos. O retrato de Oeiras de 1759 a 2009 será representado numa peça de teatro em exibição durante todo o ano, itinerante por todas as freguesias.

15. - Oeiras no Século XXI - Percurso Turístico 3G

Os 250 anos do Concelho de Oeiras são sobretudo marcados por uma forte inovação e por um conjunto de actividades que Oeiras tem vindo a desenvolver no sentido de se apresentar como um dos Concelhos mais pró-ativos e inovadores da Europa.

Neste sentido, propõe-se para assinalar esta efeméride o desenvolvimento de um software de Guia Turístico que seja difundido por um transmissor Bluetooth. Os visitantes dos locais turísticos e emblemáticos do Concelho de Oeiras teriam disponível a sua descrição e curiosidades culturais e históricas nesse software. Através do seu telemóvel, os visitantes teriam uma forma instantânea, inovadora e disponível 24 horas por dia para visitar os monumentos históricos do Concelho.

IV. Desporto

16. - Correr Oeiras de Lés a Lés

Promover uma corrida que atravesse todas as Freguesias do Concelho de Oeiras, sendo que o percurso deverá privilegiar a passagem pelos locais mais emblemáticos do Concelho de Oeiras, ou seja, aqueles que mais repercutem a evolução dos 250 anos do Concelho de Oeiras.

17. - Taça de Diversas Modalidades “250 Anos do Concelho de Oeiras”

O Concelho de Oeiras é também rico em Associações e Colectividades Desportivas que se demarcam nas mais variadas modalidades desportivas. Para assinalar a referida efeméride, seriam conduzidos diversos campeonatos entre as equipas Oeirenses em variadas modalidades. Assim, envolver-se-iam as Equipas do Concelho de Oeiras que mais se destaquem nos seus resultados Concelhos. Seriam assim desenvolvidos campeonatos de Andebol, Futebol, Basquetebol, Xadrez, Voleibol, Ténis de Mesa, Natação, e todas as outras modalidades de expressão significativa no Concelho de Oeiras.

18. - Regata dos 250 Anos do Concelho de Oeiras

Oeiras é também um Concelho debruado pelo Oceano. Propõe-se a realização de uma Regata com o nome dos 250 anos do Concelho de Oeiras. Promover-se-á assim as condições excepcionais que o Concelho de Oeiras tem para a realização de desportos náuticos.

19. - Rally-Papper nas 10 Freguesias do Concelho de Oeiras

As 10 freguesias do Concelho de Oeiras apresentaram um desenvolvimento evidente ao longo dos últimos 250 anos. A proposta de realizar um Rally-Papper promoverá o envolvimento da população numa actividade de carácter lúdico e recreativo, ao mesmo tempo que promove a evolução histórica das 10 freguesias do Concelho de Oeiras.

Assim, propõe-se a realização de um Rally-Papper com dois check-points em cada freguesia, com perguntas de carácter histórico ou cultural sobre a freguesia.

20. - Corrida de Kart Urbano dos 250 anos do Concelho de Oeiras

A comemoração dos 250 anos do Concelho de Oeiras deverá recair sobre a tónica do envolvimento da população. Para tal, propõe-se a criação de um evento dirigido aos jovens do nosso Concelho, mas que ao mesmo tempo possa envolver toda a população. Mais concretamente, a iniciativa remete para a organização de uma prova desportiva e de captação turística que envolva jovens, a autarquia e o tecido empresarial: um challenge de karts em circuito citadino, a criar numa zona, preferencialmente a histórica, urbana de Oeiras.

O projecto promovido pela autarquia e inserido nas comemorações é, essencialmente, uma grande corrida de karts género resistência que decorrerá ao longo de 4 horas e composta por equipas de oito jovens cada que por sua vez serão patrocinadas por empresas do Concelho. O patrocínio será sob a forma de pagamento do fee da inscrição e outras ideias de envolvimento que poderão ser desenvolvidas. Os jovens competirão entre eles por forma a ganharem o Troféu de Karts Marquês de Pombal, onde se revezerão de meia em meia hora, até que todos tenham participado.

Durante a prova poderão ser criados micro eventos satélite, ao longo do percurso, com workshops, palestras, concertos, exposições, desfiles, etc... através de associações do Concelho e de empresas que estejam interessadas em se envolver no certame.

V. Ambiente

21. - Visitar e Viver em Oeiras com Transportes Públicos

O Concelho de Oeiras tem uma vasta oferta de transportes públicos e esta é também uma marca da evolução reportada nos 250 anos do Concelho, que melhoram em muito a qualidade de vida dos Oeirenses e que contribuem para menor emissão de gases poluentes. Em data a marcar, todos os transportes públicos dentro do Concelho de Oeiras seriam gratuitos na sua utilização. Promover-se-iam todos os transportes públicos de Oeiras e especialmente duas das suas vertentes: a facilitação da vida quotidiana em Oeiras e a promoção histórica dos locais mais emblemáticos do Concelho.

22. - SATU Melhora o Ambiente Oeirense

O SATU é a obra de transportes públicos ecológicos mais notável do

Concelho de Oeiras. Com o intuito de maximizar as suas taxas de utilização e a opinião geral que os Oeirenses têm sobre este meio de transporte alternativo, propõe-se a realização de sessões de divulgação do sistema de transporte inovador subjacente ao SATU para as turmas do 3º Ciclo do Ensino Básico dos Estabelecimentos de Ensino de Oeiras, durante uma viagem no próprio SATU. Assim, o SATU seria uma sala de aula viva para os alunos.

23. - Constrói Oeiras Reciclado

Envolver os jovens Oeirenses no desafio “Constrói Oeiras Reciclado”: um concurso que visa premiar os jovens que melhor conseguirem reproduzir uma peça de arte com material reciclado que seja tipicamente Oeirense: um monumento, um marco, uma característica, uma tipicidade, qualquer identidade de Oeiras (ex. o Mergulho da Baleia, Estátuas do Parque dos Poetas, SATU, entre tantas outras). Este concurso potenciará o envolvimento do jovens com o seu Concelho ao mesmo tempo que os alerta para as necessidades de proteger o ambiente e as potencialidades de reciclar os materiais.

VI. Investigação e Desenvolvimento

24. - Os 250 anos depois: Oeiras um Pólo Empresarial de Excelência

Oeiras é um pólo empresarial de excelência para as muitas das principais empresas nacionais e internacionais. Esta é mais uma das características do Concelho de Oeiras que se apresenta assim como vantagem competitiva e que deve ser exaltada na comemoração dos 250 anos do Concelho.

Neste sentido, propõe-se a realização de uma exposição em parceria com todas as empresas sedeadas no Concelho de Oeiras, em que se apresente uma inventariação das diversas empresas do Concelho, a sua área de actividade, e os seus principais indicadores de desenvolvimento. Este evento será também uma forma privilegiada de promoção das Empresas sedeadas em Oeiras.

25. - Oeiras: Da Migração à Inserção Social

Realizar um documentário sobre o tema “Oeiras: Da Migração à Inserção Social”, que visa fazer uma retrospectiva sobre o que era Oeiras antes e depois da erradicação das barracas.

Este seria um documentário que envolvesse especialistas Oeirenses sobre o desenvolvimento das sociedades, sobre o processo de aculturação, e sobre temáticas sociais que sejam julgadas como relevantes. Sociólogos e cientistas sociais desenvolverão um trabalho de pesquisa sobre as mudanças sócio-culturais Oeirenses.

Simultaneamente, através dos testemunhos dos Oeirenses que habitavam nesses tradicionais “bairros de lata” e que agora vivem em bairros sociais, teremos a possibilidade de recolher informações importantes do ponto de vista social e histórico.

Com a coordenação estreita entre sociólogos e os Oeirenses, teremos a possibilidade de desenvolver um documentário único, riquíssimo do ponto de vista social, cultural e científico, e potente na sua capacidade de envolver a comunidade Oeirense.

JSD/Povoação Abre Núcleo em Nossa Senhora dos Remédios

A JSD da Povoação abriu no passado fim-de-semana um núcleo na freguesia de Nossa Senhora dos Remédios.

Esta é a primeira de várias iniciativas que a JSD, em parceria com o PSD, vai levar a cabo no concelho da Povoação, sendo que a criação de núcleos no maior número de freguesias será o principal objectivo.

Deste modo, a JSD pretende que os jovens tenham uma postura activa na sociedade, preocupando-se e combatendo os problemas da juventude. - **Gabinete de imprensa da JSD/São Miguel**



ALBERGARIA – A - VELHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Albergaria-a-Velha, para reunir no próximo dia 5 de Dezembro de 2008, (sexta-feira) pelas 19H00 na sede concelhia, sita na Rua Padre Matos, Edifício Amazonas, entrada 4 r/c Esq. A/B, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede que está aberta, nesse dia, das 22H00 às 24H00.

As urnas estão abertas entre as 21H15 e as 23H30

ALCOCHETE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Alcochete, para reunir, no próximo dia 12 de Novembro de 2008, (quarta-feira) pelas 21H00 na sede concelhia, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 – Informações
2 – Discussão e aprovação da estratégia para as eleições autárquicas de 2009

ALMEIDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Almeida, para reunir no próximo dia 13 de Dezembro de 2008, (sábado) pelas 17H00 na sede, sita na Rua do Comércio S/N, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Eleição dos órgãos da Secção Comissão Política de Secção Mesa da Assembleia de Secção

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede do PSD de Almeida.

As urnas estão abertas entre as 17H00 e as 20H00

ANADIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Anadia, para reunir no próximo dia 8 de Dezembro de 2008, (segunda-feira) pelas 16H00 na sede concelhia, sita na Alameda dos

Bombeiros Voluntários, com a seguinte Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior (5 de Dezembro) ao acto eleitoral, na sede concelhia, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 16H00 e as 23H00

CABECEIRAS DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Cabeceira de Basto, para reunir no próximo dia 6 de Dezembro de 2008, (sábado) pelas 20H30 na sede concelhia, sita no Lugar de Quinchoso Refojos de Fasto, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede.

As urnas estão abertas entre as 20H30 e as 22H30

CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Castelo Branco, para reunir, no próximo dia 22 de Novembro de 2008, (sábado) pelas 15H00 no Auditório da Escola Superior de Educação, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 – Informações
2 – Ao abrigo da alínea g) do artº. 37º dos Estatutos proceder à alteração da alínea c) do artº. 2º do Regulamento Interno da Assembleia Distrital, para a seguinte redacção:

c) Representantes dos militantes das Secções eleitos pelas respectivas Assembleias na proporção de um delegado por cada grupo de 25 militantes

3 – Análise da situação política
4 – Eleições/2009

FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Faro, para reunir, no próximo dia 14 de Novembro de 2008, (sexta-feira) pelas 21H30 na sede da secção de Loulé, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 – Informações

2 – Informação da Comissão Política Distrital sobre as actividades desenvolvidas e as actividades previstas
3 – Autárquicas 2009 – Informações diversas e apresentação do documento estratégico autárquico
4 – Análise da situação política
5 – Assuntos diversos

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Leiria, para reunir, no próximo dia 10 de Novembro de 2008, (segunda-feira) pelas 21H00 na sede distrital, sita na Rua Dr. José Jardim, nº 32, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 – Análise da situação política
2 – Preparação do Encontro Autárquico Distrital

MEDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Meda, para reunir no próximo dia 10 de Dezembro de 2008, (quarta-feira) pelas 18H00 na sede, sita na Rua Direita, nº 33-1º andar, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Eleição dos órgãos da Secção Comissão Política de Secção Mesa da Assembleia de Secção

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede do PSD de Meda.

As urnas estão abertas entre as 18H00 e as 20H00

OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Oeiras, para reunir, no próximo dia 13 de Novembro de 2008, (quinta-feira) pelas 21H00 na sede, sita no Largo do Avião Lusitânia, nº 15, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 – Informações
2 – Análise da situação política nacional e local/autárquicas

PÓVOA DE VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção da Póvoa de Varzim, para reunir, no próximo dia 14 de Novembro de 2008, (sexta-feira) pelas 21H30 na sede concelhia, sita na Praça do Almada, nº 7, Escrit 1, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Análise da situação política

RIO DE JANEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de

Secção do Rio de Janeiro, para reunir, no próximo dia 6 de Dezembro de 2008, (sábado) pelas 17H00 na Rua Evaristo da Veiga nº 708, centro do Rio de Janeiro, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas entre as 17H00 e as 19H00

SANTA MARIA DA FEIRA/ NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de Santa Maria da feira, para reunir no próximo dia 5 de Dezembro de 2008, (sexta-feira) pelas 21H00 na sede concelhia, sita na Rua dos Descobrimientos, nº 18, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, (2 de Dezembro) na sede concelhia, sita na Rua dos Descobrimientos, 18, em Santa Maria da Feira, aberta para o efeito, nesse dia, entre as 22H00 e as 24H00, ao Presidente da Secção ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 21H00 e as 23H00

SECÇÃO A - LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção A Lisboa, para reunir no próximo dia 19 de Novembro de 2008, (quarta-feira) pelas 21H00 na sede, sita na Rua República da Bolívia, nº 53 – 1º Dtº., com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Informações
2 - Análise da situação política/económica

SECÇÃO F - LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção F - Lisboa, para reunir no próximo dia 11 de Dezembro de 2008, (quinta-feira) pelas 21H00 na sede, sita na Rua da Aliança Operária, 66-A, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
2 – Eleição da Comissão Política de Secção

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede da Secção, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua.



As urnas estão abertas das 21H00 às 24H00

SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Setúbal, para reunir, no próximo dia 12 de Novembro de 2008, (quarta-feira) pelas 21H00 na sede sita na Rua Rodrigues de Freitas, 23-1º Esq., com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da conjuntura autárquica
- 3 - Análise da conjuntura nacional

SEVER DO VOUGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Sever do Vouga, para reunir no próximo dia 15 de Novembro de 2008, (sábado) pelas 15H30 na sede concelhia, sita na Rua do Casal, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1- Analisar a situação político - partidária e pronunciar-se quanto à estratégia política a desenvolver, na secção, relativamente aos procedimentos a adoptar na escolha dos candidatos às eleições autárquicas de 2009.
- 2- Apreciar e deliberar sobre outros assuntos de interesse para a actividade da Secção.

VILA NOVA DE FOZ CÔA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova de Foz Côa, para reunir no próximo dia 12 de Dezembro de 2008, (sexta-feira) pelas 17H00 na sede concelhia, sita na Praça da República, Edifício sacadi, loja 6, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia da Secção

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas entre as 17H00 e as 20H00



SECÇÃO B

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da Secção B - Lisboa, para reunir no próximo dia 9 de Dezembro de 2008, pelas 18 horas, na Sede da Secção B/ Lisboa, sita no Largo do Campo

Pequeno, 16 - 3º com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário de Secção B.

Nota:

- a) As urnas estarão abertas das 18h00 às 23h00.
- b) As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia, ou a quem o substitua, às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa de Plenário de Secção
(Luís Nazareth)

CORUCHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Coruche, para reunir no dia 13 de Dezembro de 2008, pelas 16h00, na Sede do PSD, sita na Rua Direita, n.º 20 r/c, em Coruche, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção.

Notas:

- 1 - As listas devem ser entregues em duplicado, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Rua Direita, n.º 20 r/c, em Coruche, ao Presidente da Mesa do Plenário da Concelhia de Coruche, ou a quem ao abrigo dos Estatutos o possa substituir;
- 2 - As candidaturas serão apresentadas por listas completas propostas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros e deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos e listas de subscritores;
- 3 - As urnas estarão abertas das 15 horas às 18 horas.

O Presidente da Mesa do Plenário da Concelhia de Coruche
(Pedro de Vasconcelos Tavares Dourado da Silva)

CONSELHO DISTRITAL DE CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD convocam-se todos os Conselheiros para o Conselho Distrital, a realizar dia 15 de Novembro de 2008, pelas 21h00m, na sede da JSD Distrital, sita na Rua do Pina, n.º6, em Castelo Branco com a seguinte ordem de trabalhos:

- Votação da Criação de Núcleos segundo propostas das concelhias de Castelo Branco, Fundão e Idanha-a-Nova.

- Análise da situação política.
- Balanço da representação da JSD Castelo Branco no IV Congresso dos ASD em Viana do Castelo a 25 de Outubro de 2008.

- Preparação para o XX Congresso

Nacional da JSD a realizar em Penafiel de 28 a 30 de Novembro de 2008

A Mesa do Conselho Distrital (Elsa Marmelo)

GONDOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção da JSD de Gondomar, para reunir no dia 8 de Dezembro de 2008, pelas 17h00, na Sede do PSD secção de Gondomar, sita Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, N.º 31 Gondomar, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
2. Eleição da Mesa de Plenário de Secção.

Nota:

As urnas estarão abertas das 17h00 às 22h00.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Distrital ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede do PSD secção de Gondomar, sita Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, N.º 31 Gondomar, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD.

O Presidente de Mesa Distrital do Porto da JSD

André Cardoso

OLEIROS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convocam-se todos os militantes da Secção de Oleiros para o plenário, a realizar dia 6 de Dezembro de 2008, entre as 18h00m e as 20h00m, na sede da JSD de Oleiros, sita na Rua de Sta. Margarida, n.º32, em Oleiros com a seguinte ordem de trabalhos:

-Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção.

Notas:

1 - As listas deverão ser apresentadas em listas completas para cada órgão, contendo o nome e o número de militante de cada candidato;

2 - As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos, individual ou conjuntamente;

3 - Deverão as candidaturas ser subscritas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição;

4 - Deverão ter número ímpar de membros nas listas candidatas aos órgãos executivos e de direcção de assembleia, em conformidade com os Estatutos Nacionais;

5 - Candidatos suplentes equivalentes a, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos;

6 - Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura, nem aceitar integrar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão;

7 - As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem ao abrigo dos Estatutos Nacionais o possa substituir, na Sede da JSD de Oleiros;

8 - As urnas estarão abertas das 18h30m às 20h00m.

A Mesa do Conselho Distrital (Elsa Marmelo)

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD convoca-se a Assembleia de Secção de Viana do Castelo, para reunir, extraordinariamente, no próximo dia 12 de Dezembro de 2008, (sexta-feira) pelas 18H00 na Sede Distrital da JSD - Rua Coronel Afonso do Paço (Prª da Galiza), n.º 46, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
- 2 - Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 18H00 e as 20H00

O Presidente da Mesa (Jorge Martins)